# RELATÓRIO DE GESTÃO 2011 SUEST/RR

GESTÃO ADMINISTRATIVA

FUNASA

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE RORAIMA

Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde

Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde
Superintendência Estadual de Roraima

# RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

**Boa Vista/RR**
**2012**

Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde
Superintendência Estadual de Roraima

# RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Relatório de Gestão do exercício 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art.70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 117/2011 e da Portaria TCU nº 123/2011 e das orientações do órgão de controle interno.

Boa Vista/RR
Março/2012

## LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS

AUDIT – Auditoria
CASAI – Casa de Apoio a Saúde do Índio
CPF – Cadastro de Pessoa Física
CPL – Comissão Permanente de Licitação
DBR – Declaração de Bens e Rendas
DEADM – Departamento de Administração
DENSP – Departamento de Engenharia de Saúde Pública
DESAM – Departamento de Saúde Ambiental
DIADM – Divisão de Administração
DIESP – Divisão de Engenharia de Saúde Pública
DN – Decisão Normativa
DOU – Diário Oficial da União
DSEI – Distrito Sanitário Especial Indígena
DSEI – LESTE – Distrito Sanitário Especial Indígena do Leste de Roraima
DSEI – YANOMAMI - Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami e Yekuana
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
FUNASA – Fundação Nacional de Saúde
GAB – Gabinete
MPF – Ministério Público Federal
MS – Ministério da Saúde
MSD – Melhoria Sanitária Domiciliar
OCI – Órgão de Controle Interno
ONG – Organização Não-Governamental
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PRESI – Presidência
RIDE – Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico
SAA – Sistema de Abastecimento de Água
SAS – Secretaria de Assistência a Saúde
SECEX – Secretaria de Controle Externo
SECONV – Serviço de Convênio
SEREH – Serviço de Recursos Humanos
SESAI – Secretaria Especial de Saúde Indígena
SIAFI – Sistema de Administração Financeira
SIAPE – Sistema de Administração de Pessoal
SIASG – Sistema de Administração de Serviços Gerais
SIASI – Sistema de Informação a Assistência a Saúde do Índio
SIGESAN – Sistema Gerencial de Acompanhamento de Projetos de Saneamento
SOCAD – Setor de Cadastro e Pagamento
SOMAT – Setor de Material
SPGO – Sistema de Planejamento Orçamentário
SPU/RR – Secretaria de Patrimônio da União em Roraima
SUEST/RR – Superintendência Estadual de Roraima
SUS – Sistema Único de Saúde
TCE – Tomada de Contas Especial
TCU – Tribunal de Contas da União
UG – Unidade Gestora
UJ – Unidade Jurisdicionada
UNID – Unidade
V. UNIT. – Valor Unitário

## LISTA DE TABELAS, RELAÇOES, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES E FIGURAS


| Título | Página |
|---|---|
| Organograma | 8 |
| Tabela I – Indicadores Institucionais | 31 a 33 |
| Quadro I – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual | 11 |
| Quadro II – Demosntrativo da execução por Programa de Governo | 14 a 22 |
| Quadro III – Execução Física das Subações realizadas pela UJ | 23 a 24 |
| Quadro IV – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa | 25 |
| Quadro V – Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos recebidos por movimentação | 27 |
| Quadro VI – Despesas Correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação | 28 |
| Quadro VII– Despesas de capital por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação | 29 |
| Quadro VIII – Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores | 34 |
| Quadro IX – Força de Trabalho da UJ | 35 |
| Quadro X – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ | 36 |
| Quadro XI – Detalhamento da Estrutura de Cargos em comissão e funções gratificadas | 37 |
| Quadro XII – Quantidade de servidores da UJ por Faixa etária | 37 |
| Quadro XIII – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade | 38 |
| Quadro XIV – Composição do quadro de servidores inativos | 38 |
| Quadro XV – Composição do quadro de instituidores de pensão | 39 |
| Quadro XVI – Composição do quadro de estagiários | 39 |
| Quadro XVII – Custo de pessoal no exercício de referência e nos dois últimos | 40 |
| Quadro XVIII – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva | 41 |
| Quadro XIX – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra | 42 |
| Quadro XX- Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pala UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse | 44 |
| Quadro XXI – Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse | 45 |
| Quadro XXII – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR | 48 |
| Quadro XXIII – Estrutura de Controles Internos da UJ | 49 a 50 |
| Quadro XXIV - Gestão Ambiental e licitações sustentáveis | 51 a 52 |
| Quadro XXV – Distribuição espacial de bens imóveis de uso especial de propriedade da União | 53 |
| Quadro XXVI – Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros | 54 |
| Quadro XXVII– Discriminação dos bens imóveis de propriedade da União sob responsabilidade da UJ | 54 |
| Quadro XXVIII – Gestão de Tecnologia da Informação (TI) | 56 |
| Quadro XXIX – Despesa com Cartão de Crédito Coorporativo - Série Histórica | 57 |
| Quadros XXX e XXXI – Deliberações do TCU atendidas no exercício | 58 a 59 |
| Quadros XXXII - Deliberações do TCU pendentes de atendimento no exercício | 60 |

Quadros XXXIII a XLII – Recomendações da Unidade de Controle Interno ou de Auditoria Interna atendida no exercício 62 a 75
Declaração I – Registro atualizados no Sistema SIASG e SICONV 47
Declaração II – Declaração do contador com ressalva 76

**SUMÁRIO**


**1. INFORMAÇÕES SOBRE A IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONDA** 11

1.1 Identificação da UJ - Relatório de gestão individual 11

**2. INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE** 12

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade 12

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais 13

2.3 PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ 14

2.3.1 Execução dos Programas de governo sob responsabilidade da UJ (subações) 14 a 22

2.3.2 Execução física das subações realizadas pela UJ 23 a 24

2.4 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO 25

2.4.3.2 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa 25

2.4.4 Execução Orçamentária da Despesa 27

2.4.4.3 Despesa por Modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação 27

2.4.5 Despesas Correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação 28

2.4.6 Despesas de Capital por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação 29

2.4.7 Indicadores Institucionais 31 a 33

**3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS** 34

**4 MOVIMENTAÇÃO E SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES** 34

**5 INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS** 35

5.1 Composição do quadro de servidores ativos 35

5.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da UJ 35

5.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho da UJ 36

5.1.3 Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da UJ 37

5.1.4 Qualificação do quadro de pessoal da UJ segundo a idade 37

5.1.5 Qualificação do quadro de pessoal da UJ segundo a escolaridade 38

5.2 Composição do quadro de servidores inativos 38

5.3 Composição do quadro de estagiários 39

5.4 Demonstração dos custos de pessoal da UJ 40

5.5 Terceirização de mão de obra empregada pela UJ 41

5.5.1Informação sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão 41

5.5.2 Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de 41

terceirizados
5.5.3 Informações sobre a contratação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva pela unidade 41
5.5.4 Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão 42

5.6 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos 43

**6. INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS** 44
6.2 Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios, termos de cooperação e contratos de repasse 44
6.2.1 Informações sobre a análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de repasse 45
6.3 Análise Crítica 45 a 46

**7 DECLARAÇÃO REFERENTE A CONTRATOS E CONVÊNIOS** 47

**8. INFORMAÇÕES SOBRE DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS** 48
8.1 Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93 48
8.2 Análise crítica 48

**9. INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO DA UJ** 49 a 50

**10. INFORMAÇÕES QUANTO A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL** 51 a 52

**11. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO** 53
11.1 Gestão de bens imóveis de uso especial 53 a 55

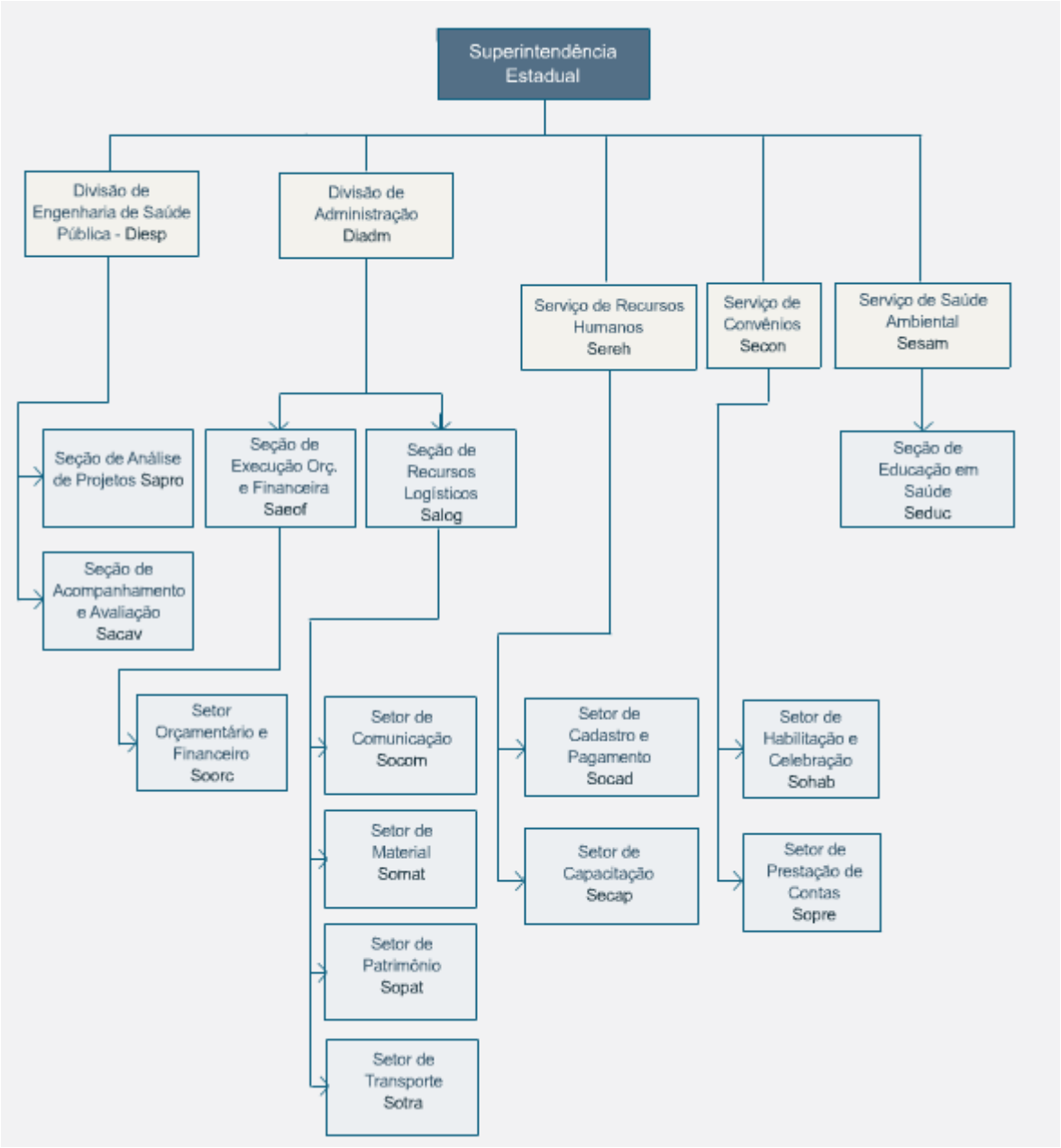
**12. INFORMAÇÕES SOBRE GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)** 56
12.1 Gestão de tecnologia da informação (TI) 56

**13 UTILIZAÇÂO DE CARTÕES DE PAGAMENTO** 57

**15. PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER AS DELIBERAÇÕES DO TCU** 58
15.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício 58 a 59
15.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício 60
15.3 Recomendações do OCI atendidas no exercício 61
15.4 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício 61

**16. INFORMAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO** 62
16.1 Recomendações da Unidade de controle interno ou de auditoria interna atendidas no exercício 62 a 75
**17. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO** 76
17.1 Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis 76

# ORGANOGRAMA



# INTRODUÇÃO

O presente relatório trata das Contas Anuais, referente ao exercício de 2011 a ser apresentado ao Tribunal de Contas da União com a finalidade de demonstrar os principais resultados da Superintendência Estadual da Fundação Nacional de Saúde em Roraima.

O Relatório de Gestão está estruturado de acordo as Decisões Normativas emitidas pelo Tribunal de Contas da União e orientações da Controladoria Geral da União, além dos informativos emitidos pela Presidência da Funasa, por meio da Coordenação Geral de Planejamento. Deste modo atendendo a Norma da DN TCU nº108/2010, Anexo II não se aplicam a realidade da Unidade os seguintes itens:

2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa
2.4.2 Programação das Despesas Correntes
2.4.3 Programação das Despesas de Capital
2.4.3.1 Resumo da Programação de Despesas
2.4.4 Execução Orçamentária da Despesa
2.4.4.1 Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ
2.4.4.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação
2.4.4.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa
2.4.4.1.3 Despesa de Capital por Grupo e Elemento de Despesa
6.1 Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício
14 Informações sobre Renúncia Tributária
18 Análise Crítica das demonstrações Contábeis da Administração Pública Direta
19 Análise das demonstrações Contábeis das Empresas Estatais
20 Composição Acionária de Capital, Informações sobre Fundos Partidários
21 Informações sobre Fundos Constitucionais
22 Indicadores de Desempenho do IFES
23 Análise da Situação Econômica-Financeira
24 Remuneração Paga a Administradores
25 Contratações de Consultores na Modalidade “Produto”
26 Situação de Contratos de Gestão Celebrados com Organizações Sociais
27 Informações sobre Imóveis Alienados em 2010 em Consonância com o Plano Nacional de Desmobilização
28 Informações sobre Contratos de Gestão Celebrados, Avaliação de Termos de Parceria Celebrados pela UJ

Assim como não houve ocorrência no exercício para os seguintes itens:

3 Informações sobre Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos
13 Utilização de Cartões de Pagamento
15.3 Recomendações do OCI atendidas no exercício
15.4 Recomendações do OCI pendentes de atendimento
5.5.1 Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão
5.5.2 Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados
16.2 Recomendações da unidade de controle interno ou de Auditoria Interna pendentes de atendimento ao final do exercício

Neste contexto foram abordados os objetivos e metas institucionais, em conformidade com o Plano Plurianual do Governo Federal, com destaque para os Programas e ações sob a responsabilidade da FUNASA.

As principais realizações no decorrer do Exercício estão apresentadas no tópico que trata do desempenho operacional onde são elencados os programas, ações metas programadas e resultados alcançados.

## 1. INFORMAÇÕES SOBRE A IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONDA

### Quadro I - 1.1. Identificação da UJ - Relatório de gestão individual

| Poder e Órgão de vinculação | | | |
|---|---|---|---|
| **Poder:** Executivo | | | |
| **Órgão de Vinculação**: Ministério da Saúde | | | **Código SIORG**: 000304 |
| **Identificação da Unidade Jurisdicionada** | | | |
| **Denominação completa**: Fundação Nacional de Saúde Superintendência Estadual de Roraima | | | |
| **Denominação abreviada**: FUNASA – SUEST-RR | | | |
| **Código SIORG**: 6403 | **Código LOA:** 36211 | **Código SIAFI:** 255023 | |
| **Situação:** Ativa | | | |
| **Natureza Jurídica**: Fundação do Poder Executivo | | | |
| **Principal Atividade**: PROMOÇÃO DE PROGRAMAS DE SAÚDE; FEDERAL, ESTADUAL, MUNICIPAL | | | **Código CNAE:** 8412-4/00 |
| **Telefones/Fax de contato**: | (095) 3212 3102 | (095) 3212 3101 | (95)3112 3126 |
| **Endereço eletrônico**: corerr.gab@funasa.gov.br | | | |
| **Página da Internet**: www.funasa.gov.br | | | |
| **Endereço Postal**: Av. Capitão Ene Garcez, 1874, São Francisco, CEP: 69304-400, Boa Vista/ RR | | | |
| **Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada** | | | |
| **Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada** | | | |
| Instituída pela Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, pelo Decreto nº 100, de 16 de abril de 1991, e em conformidade com o que dispõe o Decreto nº 4.727, de 9 de junho de 2003, publicado no DOU de 10 de junho de 2003. Portaria nº 1.776, de 8 de setembro de 2003 que aprova o regimento interno da FUNASA. Alterada pelo Decreto º 7.335/2010, de 19 de outubro de 2010, publicado no DOU de 20 de outubro de 2010. | | | |
| **Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada** | | | |
| Portaria 177/2011 Estabelece as diretrizes, competências e atribuições do Programa Nacional de Apoio ao Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano, Portaria 254/2011 Aprova os orçamentos das Superintendências Estaduais da Funasa para o exercício financeiro de 2011 | | | |
| **Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada** | | | |
| Manual de redação e correspondências oficias, Manual de Normas e Procedimentos, Manual de Utilização de Sistemas, Cartilha de Aplicação de recursos financeiros, Cartilha de Formação de Processos, Manual de Saneamento, Orientação para execução de obras e serviços de engenharia, Manual de implantação de consórcios públicos de saneamento, rotinas administrativas dos serviços municipais de saneamento, Manual Prático de análise de água, apresentação de projetos de resíduos sólidos, elaboração de projetos de melhorias sanitárias domiciliares, Apresentação de projetos de sistemas de abastecimento de água, Apresentação de projeto de drenagem e manejo ambiental em áreas endêmicas de malária | | | |
| **Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada** | | | |
| **Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada** | | | |
| **Código SIAFI** | **Nome** | | |
| | | | |
| **Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada** | | | |
| **Código SIAFI** | **Nome** | | |
| 255023 | FUNASA – Superintendência Estadual de Roraima | | |
| **Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões** | | | |
| **Código SIAFI da Unidade Gestora** | | **Código SIAFI da Gestão** | |
| 255023 | | 36211 | |

## 2. INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE

### 2.1) RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

#### I) Competência Institucional

A atuação da FUNASA ocorre por meio de Superintendências Estaduais, unidades descentralizadas presentes em todos os Estados brasileiros. Em outubro de 2010, por meio do Decreto 7.335, publicado no DOU de 20/10/2010, a Funasa teve sua competência institucional reformulada tendo como competências regimentais: coordenar, supervisionar, e desenvolver atividades da instituição nas suas respectivas áreas de jurisdição, prevenindo e controlando as doenças; A Superintendência Estadual de Roraima, conforme dispõe o art. 6º, §1º do Decreto 7.336/2010 apoiou administrativamente durante o exercício de 2011 dois Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI's): o DSEI – Leste de Roraima e o DSEI –Yanomami, que passaram a ser são unidades ligadas ao Ministério da Saúde desde a criação da Secretaria Especial de Saúde Indígena. Esses Distritos têm base territorial e populacional sob responsabilidade sanitária claramente identificada, reunindo um conjunto de ações de saúde necessárias à atenção básica, articulados com a rede do Sistema Único de Saúde – SUS, para referência e contra-referência, composto por equipe mínima necessária para executar suas ações e com controle social atuando por intermédio dos Conselhos Locais e Distritais.

Esta Superintendência apoiou ainda uma Casa de Apoio a Saúde do Índio – CASAI, cujas funções são receber os pacientes indígenas e seus acompanhantes encaminhados pelos Distritos, alojar e alimentar pacientes e seus acompanhantes, durante o período de tratamento médico, acompanhamento em consultas, exames subsidiários internações hospitalares, prestar assistência de enfermagem aos pacientes pós hospitalização e em fase de recuperação, fazer contra-referência com os Pólos-base e articular o retorno dos pacientes e acompanhantes aos seus domicílios por ocasião da alta, utilizando o transporte aéreo (monomotor e helicóptero) e terrestre (veículo oficial e caminhadas, quando não são possíveis outros meios de transportes).

A FUNASA/SUEST/RR na área de saneamento ambiental atua especificamente, em parceria com os municípios onde são firmados termos de convênios diretamente com a Presidência da FUNASA, competindo a Superintendência Estadual de Roraima a responsabilidade de acompanhar, fiscalizar o desenvolvimento e a conclusão das obras de abastecimento de água, melhorias sanitárias domiciliares, drenagem, resíduos sólidos e esgotamento sanitário, bem como análise das prestações de contas parciais e final dos convênios. Na área indígena, as obras de saneamento dizem respeito às ações de sistema de abastecimento de água, melhorias sanitárias domiciliares e construção de posto de saúde que são de execução direta pela SUEST-RR com recursos transferidos diretamente pela presidência da FUNASA.

#### II) Objetivos Estratégicos

Vale destacar que a maioria das prefeituras não dispõe de corpo técnico capacitado para elaboração dos projetos de engenharia, dificultando a análise pela Divisão de Engenharia da FUNASA/RR, gerando sensível atraso em sua aprovação. Outro fato que merece atenção é quando da efetivação dos convênios, visto que as prestações de contas de parcelas liberadas não são apresentadas de acordo com a legislação, ocasionando paralisação da obra e retardamento na liberação das parcelas subseqüentes.

A partir do processo de estruturação e implementação do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Fundação Nacional de Saúde assumiu, no período de 1999 a 2010, a responsabilidade de operacionalização das ações de saúde para os povos indígenas, promovendo uma ampla e profunda estruturação institucional para dar conta de tamanho desafio.

No exercício de 2010 mudanças institucionais nessa área, com a publicação do Decreto nº 7.336, de 19 de outubro de 2010, que criou a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) e transferiu a gestão do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, competência até então da Funasa, para o Ministério da Saúde.

Coube a Funasa, assegurar até 31 de dezembro de 2011, todo o apoio administrativo necessário, para que não ocorresse prejuízo na execução das ações e dos serviços prestados aos povos indígenas.

## 2.2 ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

O exercício de 2011 foi marcado pelo final da transição do apoio administrativo da Fundação Nacional de Saúde à Secretaria Especial de Saúde Indígena, em Roraima mais especificamente aos Distritos Sanitários Especiais Indígenas do Leste de Roraima e Yanomami, conforme determinação do art. 6º do Decreto nº 7336/10, alterado pelos Decretos nº 7461/10 e 7530/11.

Algumas ações da gestão foram cruciais para o desempenho das atividades durante o exercício de 2011 tais como; a publicação da Portaria nº 17 de 03 de fevereiro de 2011 e Ordens de Serviço nº 08, 13, 14, 17 e 19 de 2011, que descentralizou para os DSEI's os veículos utilizados pelos mesmos, repassando a gestão sobre a frota bem como a responsabilidade sobre o patrimônio; as sub-rogações dos contratos firmados com a FUNASA, cujo objeto atendia apenas as ações de saúde indígena, como: Fornecimento de alimentação para Casa de Apoio a Saúde do Índio, Aluguel de Imóvel para depósito de material de construção para Dsei Leste, Aluguel da casa de estudo para o DSEI Yanomami, Serviços funerários, Transporte de Carga Fluvial, Locação de imóvel em São Gabriel da Cachoeira, Limpeza e esgotamento de dejetos do sistema fossa séptica da Casa de Apoio a Saúde do Índio, Transporte de Passageiros Casai, Serviço de limpeza e conservação das instalações prediais da CASAI, locação de imóvel para farmácia do DSEI Leste, horas vôo em helicóptero e aeronave monomotor, telefonia fixa CASAI, Sistema de rastreamento e monitoramento de aeronaves, serviço de manutenção em telefonia; as publicações das referidas sub-rogações ocorrerão em períodos diversos, sendo que aquelas cujas publicações se deram após o dia primeiro, geraram o pagamento de algumas faturas de forma fracionada entre DSEI's e SUEST, uma vez que os serviços ou materiais, prestados ou entregues antes da sub-rogação foram pagos pela Funasa e aqueles após a sub-rogação dos contratos foram pagos pelos respectivos Distritos.

## 2.3 PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ (SUBAÇÕES)

### 2.3.1 Execução dos Programas de Governo sob Responsabilidade da UJ (Subações)

Esta Unidade Jurisdicionada não tem responsabilidade sobre os Programas de Governo, os mesmos são de competência do Órgão Central, ficando a cargo desta Unidade apenas subações que servem para subsidiar a Funasa/Presidência no que se refere as ações sob sua responsabilidade.

**Quadro II – Demonstrativo da execução por Programa de Governo (Subações)**

| Identificação do Programa de Governo | |
|---|---|
| **Código no PPA:** 0016 | **Denominação:** Gestão da Política de Saúde |
| **Tipo do Programa:** Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais | |
| **Objetivo Geral**: Fortalecer a gestão do SUS nas três esferas de governo, de modo a melhorar e aperfeiçoar a capacidade resolutiva das ações e serviços prestados à população | |
| **Objetivos Específicos:** Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da saúde. | |
| **Gerente:** Márcia Aparecida do Amaral – Ministério da Saúde | **Responsável:** Arionaldo Bomfim Rosendo – Ministério da Saúde |
| **Público Alvo:** Governo | |

| Identificação da Ação |
|---|
| Denominação:<br>4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação |
| **Tipo de Ação:** Atividade |
| **Finalidade:** Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional. |
| **Descrição**: Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal. |
| **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Fundação Nacional de Saúde |
| **Coordenador da Ação:** Joselias Ribeiro da Silva |
| **Unidade Executora:** Departamento de Administração (DEADM) |

| Identificação da subação | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação | | | | | |
| **Descrição da Meta** | **Produto** | **Unidade de Medida** | **Exercício 2011** | | |
| | | | **Programado** | **Realizado** | **Realizado/ Programado %** |
| Capacitar servidores públicos federais | Servidor capacitado | Unid | 256 | 65 | 25,39 |

A maior parte dos eventos programados 39, num total de 70 ocorreriam no 1º semestre, e a liberação do recurso ocorreu somente no mês de março/11, não havendo portanto tempo hábil para a formulação e encaminhamento dos processos deve cumprir o prazo de 40 dias úteis antes do início do evento

| Identificação do Programa de Governo | |
|---|---|
| **Código no PPA:** 0122 | **Denominação:** Serviços Urbanos de Água e Esgoto |
| **Tipo do Programa:** Finalístico | |
| **Objetivo Geral:** Ampliar o acesso aos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos, com vistas à universalização. | |
| **Objetivos Específicos:** Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços públicos urbanos de abastecimento de água e esgotamento sanitário. | |
| **Gerente:** Leodegar da Cunha Tiscoski – Ministério das Cidades | **Responsável:** Ruy Gomide Barreira – Funasa/MS |
| **Público Alvo:** População urbana de menor nível socioeconômico, e a residente em áreas de habitação subnormal, em periferias de grandes centros e em municípios de pequeno porte. | |

| Identificação da Ação |
|---|
| **Denominação:** 2272 - Gestão e Administração do Programa |
| **Tipo de Ação:** Atividade |
| **Finalidade:** Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa. |
| **Descrição**: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc.; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades - meio necessárias à gestão e administração do programa. |
| **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Fundação Nacional de Saúde |
| **Coordenador da Ação:** Patrícia Valeria Vaz Areal |
| **Unidade Executora:** Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP) |

| Identificação da subação | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Apoio ao processo de seleção do programa PAC 2 | | | | | |
| **Descrição da Meta** | **Produto** | **Unidade de Medida** | **Exercício 2011** | | |
| | | | **Programado** | **Realizado** | **Realizado/ Programado %** |
| Realizar visitas locais para definição da construção de projetos | Visitas realizadas | Unid | 14 | 14 | 100 |
| Realizar entrevistas com municípios pré selecionados para realização de obras | Entrevista realizada | Unid | 20 | 20 | 100 |
| Realizar visitas técnicas preliminares de validação das informações prestadas na carta consulta | Visita realizada | Unid | 8 | 8 | 100 |

| Identificação da Ação |
|---|
| **Denominação:** 20 AF – Apoio ao Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano |
| **Tipo de Ação:** Atividade |
| **Finalidade:** Apoiar técnica e financeiramente os responsáveis pela operação de sistema ou solução alternativa de abastecimento de água visando à melhoria dos procedimentos de controle da qualidade da água e o atendimento dos padrões de potabilidade estabelecidos na legislação vigente. Proporcionar o financiamento da implantação de unidades de fluoretação da água. |
| **Descrição**: Desenvolvimento e capacitação de recursos humanos envolvidos com a operação e manutenção de sistema ou solução alternativa de abastecimento de água; financiamento para aparelhamento e implantação de unidades laboratoriais e outras instalações destinadas ao controle da qualidade da água para consumo humano; desenvolvimento de ações de vigilância e controle de qualidade da água em áreas indígenas. |
| **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Fundação Nacional de Saúde |
| **Coordenador da Ação:** Vilma Ramos Feitosa |
| **Unidade Executora:** Departamento de Saúde Ambiental (DESAM) |

| Identificação da subação | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Apoio ao Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano | | | | | |
| **Descrição da Meta** | **Produto** | **Unidade de Medida** | **Exercício 2011** | | |
| | | | **Programado** | **Realizado** | **Realizado/ Programado %** |
| Adquirir Unidades Móveis de Controle da Qualidade da Água | Equipamentos adquiridos | Unid | 3 | 1 | 33 |

Não houve a liberação de recurso para a aquisição das outras 2 (duas) unidades pela presidência da Funasa.

| Identificação da Ação |
|---|
| **Denominação:** 10GD - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE). |
| **Tipo de Ação:** Projeto |
| **Finalidade:** Dotar os domicílios e estabelecimentos coletivos com abastecimento público de água adequado visando à prevenção e ao controle de doenças e agravos. |
| **Descrição**: Implantação e/ou a ampliação e/ou a melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água, contemplando a elaboração de planos diretores e projetos, a realização de obras, incluindo ligação domiciliar, rede de distribuição e estação de tratamento, e ações voltadas para a sustentabilidade dos mesmos. |
| **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Fundação Nacional de Saúde |
| **Coordenador da Ação:** Ricardo Frederico de Melo Arantes |
| **Unidade Executora:** Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP) |

| Identificação da subação | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 Habitantes | | | | | |
| **Descrição da Meta** | **Produto** | **Unidade de Medida** | **Exercício 2011** | | |
| | | | **Programado** | **Realizado** | **Realizado / Programado %** |
| Analisar projeto de implantação e melhoria de sistema público de abastecimento de água de exercícios anteriores | Projeto analisado | Unid | 1 | 1 | 100 |
| Realizar visitas de acompanhamento de obras de implantação e melhoria de sistema público de abastecimento de água de exercícios anteriores | Visita Realizada | Unid | 7 | 7 | 100 |

| Identificação da Ação |
|---|
| **Denominação:** 10GE - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE). |
| **Tipo de Ação:** Projeto |
| **Finalidade:** Dotar os domicílios e estabelecimentos coletivos de sistema público de coleta e tratamento de esgoto sanitário adequado visando à prevenção e o controle de doenças e agravos. |
| **Descrição**: Implantação e/ou a ampliação e/ou a melhoria de sistemas públicos de esgotamento sanitário, contemplando a elaboração de planos diretores e projetos, a realização de obras, incluindo ligação domiciliar, rede coletora e estação de tratamento, e ações voltadas para a sustentabilidade dos mesmos. |
| **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Fundação Nacional de Saúde |
| **Coordenador da Ação:** Ricardo Frederico de Melo Arantes |
| **Unidade Executora:** Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP) |

| Identificação da subação | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 Habitantes | | | | | |
| **Descrição da Meta** | **Produto** | **Unidade de Medida** | **Exercício 2011** | | |
| | | | **Programado** | **Realizado** | **Realizado/ Programado %** |
| Analisar projetos de implantação e melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário de exercícios anteriores | Projeto analisado | Unid | 2 | 2 | 100 |
| Realizar visitas de acompanhamento de convênios de exercícios anteriores | Vista Realizada | Unid | 5 | 5 | 100 |

| Identificação da Ação |
|---|
| **Denominação:** 7652 - Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos |
| **Tipo de Ação:** Projeto |
| **Finalidade:** Dotar os domicílios e estabelecimentos coletivos de condições sanitárias adequadas visando à prevenção e controle de doenças e agravos. |
| **Descrição:** Melhorias Sanitárias Domiciliares são intervenções promovidas, prioritariamente, nos domicílios e eventualmente intervenções coletivas de pequeno porte. Incluem a construção de módulos sanitários, banheiro, privada, tanque séptico, sumidouro (poço absorvente), instalações de reservatório domiciliar de água, tanque de lavar roupa, lavatório, pia de cozinha, ligação à rede pública de água, ligação à rede pública de esgoto, dentre outras. São consideradas coletivas de pequeno porte, por exemplo: banheiro público, chafariz público, ramais condominiais, tanque séptico, etc. Pode também fomentar a implantação de oficina municipal de saneamento. |
| **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Fundação Nacional de Saúde |
| **Coordenador da Ação:** José Antônio da Motta Ribeiro |
| **Unidade Executora:** Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP) |

| Identificação da subação | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos | | | | | |
| **Descrição da Meta** | **Produto** | **Unidade de Medida** | **Exercício 2011** | | |
| | | | **Programado** | **Realizado** | **Realizado/ Programado %** |
| Analisar projetos de implantação de melhorias sanitárias domiciliares de exercícios anteriores | Projeto analisado | Unid | 3 | 3 | 100 |
| Realizar visitas de acompanhamento de convênios de exercícios anteriores | Visita realizada | Unid | 6 | 6 | 100 |

| Identificação do Programa de Governo | |
|---|---|
| **Código no PPA:** 8007 | **Denominação:** Resíduos Sólidos Urbanos |
| **Tipo do Programa:** Finalístico | |
| **Objetivo Geral:** Promover e difundir a gestão ambiental, a produção e o consumo sustentável nos ambientes urbanos e rurais e nos territórios dos povos e comunidades tradicionais. | |
| **Objetivos Específicos:** Ampliar a área de cobertura e eficiência dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos, com ênfase no encerramento de lixões, na redução, no reaproveitamento e na reciclagem de materiais, por meio da inclusão socioeconômica de catadores | |
| **Gerente:** Silvano Silvério da Costa - Ministério do Meio Ambiente | **Responsável:** Ruy Gomide Barreira- Funasa/MS |
| **Público Alvo:** População localizada em áreas de maior concentração de pobreza do país e/ou de fragilidade físico-ambiental; em municípios de pequeno e médio portes, nas periferias de grandes centros e de regiões metropolitanas. | |

| Identificação da Ação |
|---|
| **Denominação:** 10GG - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE). |
| **Tipo de Ação:** Projeto |
| **Finalidade:** Apoiar, técnica e financeiramente, os estados e municípios na implantação, ampliação ou melhoria dos sistemas de coleta, tratamento e destinação final de resíduos sólidos para prevenção e controle de agravos nas áreas mais carentes do país e com população inferior a 50.000 habitantes, preferencialmente, nos municípios acometidos de incidência da dengue**.** |
| **Descrição**: A ação de implantação e ampliação dos sistemas de limpeza pública, acondicionamento, coleta, disposição final e tratamento de resíduos sólidos urbanos contempla intervenções que visam contribuir para a universalização dos serviços de coleta, limpeza pública, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos nas áreas mais carentes do país e com população inferior a 30.000 habitantes, preferencialmente, nos municípios acometidos de incidência da dengue, e será implementada por intermédio das modalidades relacionadas a seguir: a) acondicionamento, coleta e transporte; implantação de sistema de coleta convencional e/ou seletiva, incluindo a aquisição de veículos, material e equipamentos para acondicionamento (cestas e contenedores para Postos de Entrega Voluntária - PEV e Locais de Entrega Voluntária - LEV instalados em logradouros públicos); b) unidades de disposição final - aterros sanitários ou de rejeitos. É passível de apoio financeiro toda a infra-estrutura para implantar aterros sanitários, incluindo: acesso; proteção adequada da área (cercamento e barreira vegetal); edificações de controle e apoio (balança, escritório, oficina de reparos, etc.), drenagem pluvial de chorume e de gases, impermeabilização de base, tratamento do chorume e equipamentos para operação. c) unidades de tratamento - triagem e/ou compostagem. É passível de apoio financeiro toda a infra-estrutura de implantação de unidades de tratamento de resíduos, bem como galpão para separação de resíduos destinados a catadores, incluindo obras civis, materiais e equipamentos; pátio de compostagem; balança; aterro de rejeitos e equipamentos para a operacionalização da unidade de tratamento. d) erradicação de "lixões" e recuperação das áreas degradadas. |
| **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Fundação Nacional de Saúde |
| **Coordenador da Ação:** José Antônio da Motta Ribeiro |
| **Unidade Executora:** Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP) |

**Identificação da subação**

- Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios de até 50.000 Habitantes

| Descrição da Meta | Produto | Unidade de Medida | Exercício 2011 | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | Programado | Realizado | Realizado/ Programado % |
| Analisar projetos de implantação e melhoria de sistema de manejo de resíduos sólidos de exercícios anteriores | Projeto analisado | Unid | 2 | 2 | 100 |
| Realizar visita de acompanhamento de convênios de exercícios anteriores | Visita realizada | Unid | 1 | 1 | 100 |

| Identificação do Programa de Governo | |
|---|---|
| **Código no PPA:** 1138 | **Denominação:** Drenagem Urbana e Controle de Erosão Marítima Fluvial |
| **Tipo do Programa:** Finalístico | |
| **Objetivo Geral:** Evitar enchentes e erosões nas áreas urbanas | |
| **Objetivos Específicos:** Desenvolver obras de drenagem urbana em consonância com as políticas de desenvolvimento urbano e de uso e ocupação do solo. | |
| **Gerente:** Francisco Campos de Abreu - Ministério da Integração Nacional | **Responsável:** Ruy Gomide Barreira- Funasa/MS |
| **Público Alvo:** Populações urbanas e litorâneas residentes em municípios com áreas sujeitas à inundação periódica ou erosão marinha. | |

| Identificação da Ação |
|---|
| **Denominação:** 3883 **-** Implantação e Melhoria de Serviços de Drenagem e Manejo Ambiental para a Prevenção e Controle da Malária. |
| **Tipo de Ação:** Projeto |
| **Finalidade:** Implantar e melhorar os serviços de drenagem e manejo ambiental visando à prevenção e controle da malária, em aglomerados urbanos, em municípios localizados em área endêmica da malária com transmissão urbana autóctone. |
| **Descrição**: Trata-se do desenvolvimento de ações de drenagem em aglomerados urbanos, em municípios localizados em área endêmica de malária com transmissão urbana autóctone. A ação contempla intervenções que visam contribuir para a minimização da proliferação de vetores da malária, ou seja, contempla intervenções por meio de obras de engenharia e/ou manejo ambiental que inviabiliza as condições ambientais e biológicas favoráveis a proliferação do vetor. São financiáveis ações de esgotamento de água pluvial, canalização, retificação, limpeza e demais obras de melhoria do fluxo d'água, com uso de tecnologias adequadas. Somente são financiadas intervenções em locais de criadouros do vetor transmissor da malária, comprovados por meio de parecer entomológico e epidemiológico da área. |
| **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Fundação Nacional de Saúde |
| **Coordenador da Ação:** José Antônio da Motta Ribeiro |
| **Unidade Executora:** Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP) |

| Identificação da subação | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Implantação e Melhoria de Serviços de Drenagem e Manejo Ambiental para a Prevenção e Controle da Malária. | | | | | |
| **Descrição da Meta** | **Produto** | **Unidade de Medida** | **Exercício 2011** | | |
| | | | **Programado** | **Realizado** | **Realizado/ Programado %** |
| Analisar projeto Implantação e Melhoria de Serviços de Drenagem e Manejo Ambiental para a Prevenção e Controle da Malária de exercícios anteriores | Projeto analisado | Unid | 1 | 1 | 100 |
| Realizar visita de acompanhamento de convênios de exercícios anteriores | Visita realizada | Unid | 8 | 8 | 100 |

| Identificação do Programa de Governo | |
|---|---|
| **Código no PPA:** 1287 | **Denominação:** Saneamento Rural |
| **Tipo do Programa:** Finalístico | |
| **Objetivo Geral**: Promover e participar da adoção de medidas voltadas à prevenção e ao controle dos determinantes e condicionantes de saúde da população. | |
| **Objetivos Específicos**: Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento ambiental em áreas rurais. | |
| **Gerente:** Gilson de Carvalho Queiroz Filho | **Responsável:** Ruy Gomide Barreira |
| **Público Alvo:** População rural dispersa, residente em assentamentos da reforma agrária e em localidades de até 2.500 habitantes e as minorias étnico-raciais como quilombolas, população indígena e outros povos da floresta. | |

| Identificação da Ação |
|---|
| **Denominação:** 7684 – Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção e Controle de Agravos. |
| **Tipo de Ação:** Projeto |
| **Finalidade:** |
| **Descrição**: |
| **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Fundação Nacional de Saúde |
| **Coordenador da Ação:** José Antônio da Motta Ribeiro |
| **Unidade Executora:** Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP) |

| Identificação da subação | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção e Controle de Agravos | | | | | |
| **Descrição da Meta** | **Produto** | **Unidade de Medida** | **Exercício 2011** | | |
| | | | **Programado** | **Realizado** | **Realizado/ Programado %** |
| Beneficiar aldeias com sistemas de abastecimento de água | Aldeia beneficiada | Unid | 62 | 62 | 100 |
| Elaborar projetos de saneamento básico em aldeias | Projeto elaborado | Unid | 62 | 62 | 100 |

### 2.3.2 - Execução Física das subações realizadas pela UJ

### Quadro III - Execução Física das subações realizadas pela UJ

| Função | Subfunção | Programa | Ação | Tipo | Prioridade | Subação | Descrição da Meta | Produto | Un. medida | Execução Física | | Execução Financeira* | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | | | | Meta Prevista | Meta Realizada | Meta Prevista | Meta Realizada |
| **SANEAMENTO AMBIENTAL** | | | | | | | | | | | | | |
| 10 | 512 | 0122 | 7652 | P | 1 | Implantação de melhorias sanitárias domiciliares para prevenção e controle de agravos | Analisar projeto de implantação de MSD's de exercícios anteriores | Projetos analisados | Unidade | 03 | 03 | | |
| | | | | | | | Realizar visitas de acompanhamento de convênios de exercícios anteriores | Visita realizada | Unidade | 06 | 06 | | |
| 10 | 512 | 0122 | 10GE | P | 1 | Implantação e melhoria de sistemas públicos de esgotamento sanitário | Analisar projetos de implantação ou melhoria dos sistemas públicos de esgotamento sanitário | Projeto analisado | Unidade | 02 | 02 | | |
| | | | | | | | Realizar visitas técnicas de acompanhamento de convênios de exercícios anteriores | Visita realizada | Unidade | 05 | 05 | | |
| 10 | 512 | 0122 | 2272 | P | 1 | Apoio a Seleção do Programa PAC 2 | Realizar visita local para definição da construção de projetos | Visita realizada | Unidade | 14 | 14 | | |
| | | | | | | | Realizar visita técnica preliminar de validação das informações prestadas na carta consulta | Visita realizada | Unidade | 8 | 8 | | |
| | | | | | | | Realizar entrevista com município pré selecionado para realização de obra c | Entrevista Realizada | Unidade | 20 | 20 | | |
| 10 | 511 | 1287 | 7684 | P | 1 | Saneamento básico em aldeias indígenas para | Beneficiar aldeia com sistema de abastecimento de água | Aldeia beneficiada | Unidade | 62 | 62 | | |
| | | | | | | | Elaborar projetos de | Projeto | Unidade | 62 | 62 | | |

| | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | prevenção e controle de agravos | saneamento básico em aldeias indígenas | Elaborado | | | | | |
| 10 | 512 | 8007 | 10GG | P | 3 | Implantação e melhorias de sistema público de manejo de resíduos sólidos em municípios de até 50000 habitantes, exclusive RIDE | Analisar projeto de implantação e melhoria de sistemas públicos de manejo de resíduos sólidos de exercícios anteriores | Projeto analisado | Unidade | 02 | 02 | | |
| | | | | | | | Realizar visitas técnicas de acompanhamento de obras de exercícios anteriores | Visita realizada | Unidade | 1 | 1 | | |
| 10 | 512 | 1138 | 3883 | P | 1 | Implantação e melhoria de serviços de drenagem e manejo ambiental para prevenção e controle da malaria | Analisar projeto de implantação e melhoria de serviços de drenagem e manejo ambiental para a prevenção e controle da malária de exercícios anteriores | Projeto analisado | Unidade | 1 | 1 | | |
| | | | | | | | Realizar visitas técnicas de acompanhamento de exercícios anteriores | Visita realizada | Unidade | 8 | 8 | | |
| **GESTÂO** | | | | | | | | | | | | | |
| 10 | 128 | 0016 | 4572 | A | 3 | Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação | Capacitar Servidores Públicos Federais | Servidor capacitado | Unidade | 256 | 65 | | |
| **SAÚDE AMBIENTAL** | | | | | | | | | | | | | |
| 10 | 512 | 0122 | 20AF | A | 3 | Apoio ao Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano | Adquirir unidades móveis de controle da qualidade da água | Equipamento adquirido | Unidade | 3 | 1 | | |

Fonte: Plano Operacional Suest 2011

* O campo execução financeira não foi preenchido pois a UJ não faz acompanhamento de execução financeira da Subação, uma vez que sua programação recai sobre custeio, e a sua aplicação se realiza de forma compartilhada com outras subações.

## 2.4 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO

### 2.4.3.2 Quadro IV - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em RS 1,00

| Natureza da Movimentação de Crédito | | UG recebedora | Classificação da ação | Despesas Correntes | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | 1 – Pessoal e Encargos Sociais | 2 – Juros e Encargos da Dívida | 3 – Outras Despesas Correntes |
| Movimentação Interna | Concedidos | - | | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | Recebidos | 255023 | | 5.057,02 | 0,00 | 8.698.522,46 |
| Movimentação Externa | Concedidos | - | | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | Recebidos | 255023 | | 0,00 | 0,00 | 18.346.297,56 |
| Natureza da Movimentação de Crédito | | UG concedente ou recebedora | Classificação da ação | Despesas de Capital | | |
| | | | | 4 – Investimentos | 5 – Inversões Financeiras | 6 – Amortização da Dívida |
| Movimentação Interna | Concedidos | - | | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | Recebidos | 255023 | | 434.016,64 | 0,00 | 0,00 |
| Movimentação Externa | Concedidos | - | | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | Recebidos | 255023 | | 10.611.086,74 | 0,00 | 0,00 |

Fonte: Siafi Gerencial

**Análise Crítica**

A UJ desempenha suas atividades contando com recursos de movimentação interna, oriundos da unidade central, que durante o exercício de 2011 foi movimentado o orçamento basicamente se utilizando dos grupos de despesa 1-Pessoal, 3-Despesas Correntes e 4-Investimento.

A unidade central atendeu na integra as necessidades dos grupos 1 e 3, não havendo o que relatar sobre as despesas de pessoal, tão pouco da administração da unidade relacionados às referidas movimentações. Quanto ao grupo 4, o órgão central faz a distribuição de acordo com critérios de prioridade daquele órgão e de programas do próprio ministério da saúde, como foi o caso da aquisição de uma unidade móvel para controle da qualidade da água, no mais, essa UJ juntamente com o órgão central priorizou a melhoria dos ambientes de trabalho, substituindo e implantando climatização nos referidos ambientes, além da renovação parcial do parque de informática no que concerne ao *rack* de distribuição lógica da UJ.

Com relação à movimentação externa, a mesma ocorreu em virtude da transição da saúde indígena. Os recursos ora transferidos diretamente do Fundo Nacional de Saúde, teve por objetivo cobrir despesas realizadas por suas unidades descentralizadas no estado, DSEIS Leste de Roraima e Yanomami e ordenadas por essa UJ. Vale ressaltar que ficou a cargo dessa UJ, apenas os aspectos legais dos referidos processos de despesa, não tendo nenhuma interferência na tomada de decisão que deu origem aos mesmos, bem como não teve a oportunidade de acompanhar, monitorar, opinar ou decidir com relação a execução das atividades financiadas por essas transferências externas.

## 2.4.4 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

### 2.4.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

### 2.4.4.3 – Quadro V - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

| Modalidade de Contratação | Despesa Liquidada | | Despesa paga | |
|---|---|---|---|---|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| **Licitação** | | | | |
| Convite | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Tomada de Preços | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Concorrência | 0,00 | 730.269,70 | 0,00 | 730.269,70 |
| Pregão | 14.674.517,08 | 19.851.700,13 | 14.588.941,08 | 19.239.086,57 |
| Concurso | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Consulta | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Contratações Diretas** | | | | |
| Dispensa | 10.047.810,59 | 7.784.681,34 | 10.047.810,59 | 7.576.118,62 |
| Inexigibilidade | 765.672.34 | 692.962.16 | 765.672,34 | 650.956,31 |
| **Regime de Execução Especial** | | | | |
| Suprimento de Fundos | 0,00 | 68.852,90 | 0,00 | 68.852,90 |
| **Pagamento de Pessoal** | | | | |
| Pagamento em Folha | 0,00 | 0,00 | 5.057,02 | 0,00 |
| Diárias | 257.531,23 | 3.126.077,97 | 257.531,23 | 3.121.695,58 |
| **Outras*** | 392.999,08 | 3.907.167,33 | 392.999,08 | 3.497.460,84 |

Fonte:Siafi gerencial

*valores referentes a licitação na modalidade não se aplica

### 2.4.5 Quaro VI - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R$1,00

| Grupos de Despesa | Despesa Empenhada | | Despesa Liquidada | | RP não processados | | Valores Pagos | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **1 – Despesas de Pessoal** | **2011** | **2010** | **2011** | **2010** | **2011** | **2010** | **2011** | **2010** |
| Outros benefícios assistenciais | 5.057,02 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.057,02 | 0,00 |
| 2º elemento de despesa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 3º elemento de despesa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Demais elementos do grupo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **2 – Juros e Encargos da Dívida** | | | | | | | | |
| 1º elemento de despesa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2º elemento de despesa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 3º elemento de despesa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Demais elementos do grupo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **3- Outras Despesas Correntes** | | | | | | | | |
| Serviços de terceiro pessoa jurídica | 19.822.757,85 | 23.020.346,13 | 19.504.223,51 | 20.781.872,67 | 318.534,34 | 2.238.473,46 | 19.449.095,81 | 20.642.767,34 |
| Locação de mão de obra | 4.660.830,48 | 3.772.533,75 | 4.040.256,65 | 3.521.826,68 | 620.573,83 | 250.707,07 | 4.040.256,65 | 3.299.455,69 |
| Material de consumo | 1.644.486,01 | 5.483.158,97 | 1.397.952,14 | 4.309.529,60 | 216.085,57 | 1.173.629,37 | 1.428.400,44 | 3.873.963,86 |
| Demais elementos do grupo | 921.762,70 | 4.056.883,65 | 908.119,21 | 3.999.745,01 | 8.586,47 | 57.138,64 | 913.176,23 | 3.523.898,45 |

Fonte: Siafi gerencial

## 2.4.6 – Quadro VII - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

**Valores em R$ 1,00**

| Grupos de Despesa | Despesa Empenhada | | Despesa Liquidada | | RP não processados | | Valores Pagos | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **4 - Investimentos** | **2011** | **2010** | **2011** | **2010** | **2011** | **2010** | **2011** | **2010** |
| Obras e instalações | 10.592.886,74 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 10.592.886,74 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Equipamento e material permanente | 452.216,64 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 452.216,64 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 3º elemento de despesa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Demais elementos do grupo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **5 - Inversões Financeiras** | | | | | | | | |
| 1º elemento de despesa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2º elemento de despesa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 3º elemento de despesa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Demais elementos do grupo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **6 - Amortização da Dívida** | | | | | | | | |
| 1º elemento de despesa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2º elemento de despesa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 3º elemento de despesa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Demais elementos do grupo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Fonte: Siafi Gerencial

**Análise Crítica**

As alterações significativas ocorridas no exercício de 2011 se comparado ao anterior, foram exclusivamente em função da descentralização da saúde indígena e da assunção da atribuição da saúde ambiental, que nesse caso teve um impacto pequeno com relação às despesas em função de ter sido o exercício da implantação da nova atribuição.

O contingenciamento do orçamento no exercício de 2011 não foi percebido, uma vez que nenhum novo contrato de objeto atingido pelo contingenciamento foi necessário para o desenvolvimento das nossas atividades. No caso do pagamento de diárias, temos a ressaltar que o maior controle permitiu avançar no planejamento das ações e conter desperdício de recursos, otimizando as viagens e selecionando os participantes de forma mais criteriosas. Não tivemos nenhum problema em autorizar as exceções no caso das diárias, porém, vale ressaltar que a centralização dessa decisão no órgão central causou alguns contratempos, atrasos na realização de atividades e sobrecarga do ordenador central.

Um evento negativo e que prejudicou a execução orçamentária, foram as transferências externas, que ocorreram de forma intempestiva, sem planejamento e sem o mínimo de comunicação e/ou contato com os responsáveis pelas referidas transferências a nível central (SESAI), inclusive deixando suas próprias unidades regionais DSEI´s, sem nenhuma informação disponibilizada, causando com isso transtornos com fornecedores que em alguns casos ficaram mais de 3(três) meses sem recebimento dos serviços já prestados.

Uma prática positiva foi desenvolvida pelo órgão central (presidência) e utilizada pelas regionais, que foi a implantação do SPGO, Sistema de Planejamento de Gestão Orçamentária, que permitiu o compartilhamento da decisão de tetos orçamentários, ampliações e reduções em cotas regionais, bem como uma melhor visualização e entendimento da distribuição do nosso orçamento, tudo isso de forma automática e em tempo real, com planejamento e cronograma bem definido das pactuações e manutenção das mesmas.

## 2.4.7 Tabela I - INDICADORES INSTITUCIONAIS

### Indicadores de saneamento ambiental

| Indicador | Finalidade | Fórmula de Cálculo | Memória de Cálculo | Tipo | Fonte | Método de Aferição | Área Responsável pelo Indicador | Resultado 2010 | Resultado 2011 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Percentual de execução física de obras de abastecimento de água com recursos do PAC (*)<br>(*) Acumulado - 2007 a 2009.<br>(Parâmetro de verificação: Portaria 544) | Medir a execução física das obras do PAC | $\frac{\text{Nº de obras de abastecimento de água com percentual de conclusão} < 30\%}{\text{Nº de obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$<br>$\frac{\text{Nº de obras de abastecimento de água com percentual de conclusão} \geq 70\% \text{ e} < 100\%}{\text{Nº obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$<br>$\frac{\text{Nº de obras de abastecimento de água concluídas}}{\text{Nº de obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$ | | Eficácia | Sigesan e Siscon Siafi | Relatórios do Sigesan;<br>Parecer Técnico de visita de acompanhamento (Diesp e Sensp) | Diesp | 16,67<br>8,33<br>0 | 14,29<br>21,43<br>0 |
| Percentual de execução física de obras de esgotamento sanitário com recursos do PAC(*)<br>(*) Acumulado - 2007 a 2009.<br>(Parâmetro de | Medir a execução física das obras do PAC | $\frac{\text{Nº de obras de esgotamento sanitário com percentual de conclusão} < 30\%}{\text{Nº de obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$ | | Eficácia | Sigesan e Siscon Siafi | Relatórios do Sigesan;<br>Parecer Técnico | Diesp | 0<br>0 | 0<br>0 |

| Indicador | Finalidade | Fórmula de Cálculo | Memória de Cálculo | Tipo | Fonte | Método de Aferição | Área Responsável pelo Indicador | Resultado 2010 | Resultado 2011 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| verificação: Portaria 544) | | $\frac{\text{Nº de obras de esgotamento sanitário com percentual de conclusão} \geq 70\% \text{ e} < 100\%}{\text{Nº obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$<br><br>$\frac{\text{Nº de obras de esgotamento sanitário concluídas}}{\text{Nº de obras programdas nos TC celebrados}} \times 100$ | | | | de visita de acompanhamento (Diesp e Sensp) | | 0<br><br>0 | 0<br><br>0 |
| Percentual de aldeias com sistema de abastecimento de água implantado com recursos do PAC (*)<br>(*) Acumulado – 2007 a 2009 | Medir o percentual de de aldeias com sistema de abastecimento de água implantados com recursos do PAC | $\frac{\text{Nº de aldeias com SAA}(*)}{\text{Total de aldeias previstas nos 4 anos do PAC}} \times 100$ | 24/24 X 100 | Eficácia | Planilha de acompanhamento de obras. Visita de acompanhamento de obras | Planilha Acompanhamento de obras (Densp) E visita de acompanhamento de obras (Diesp) | Diesp | 100 | 70,72 |
| Percentual de aldeias com tratamento de água implantado com recursos do PAC (*)<br>(*)Acumulado – 2007 a 2009) | Aferir o percentual de aldeias com tratamento de água implantado | $\frac{\text{Nº de aldeias com SAA com tratamento de água implantado}}{\text{Total de aldeias com SAA implantado com recursos do PAC}} \times 100$ | 50/145 X 100 | Eficácia | Planilha de acompanhamento em excel visita de acompan | Planilha de Acompanhamento (Densp) E visita de | Diesp | 54 | * |

| Indicador | Finalidade | Fórmula de Cálculo | Memória de Cálculo | Tipo | Fonte | Método de Aferição | Área Responsável pelo Indicador | Resultado 2010 | Resultado 2011 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | com recursos do PAC | | | | hamento de obras | acompanhamento de obras (Diesp) | | | |
| Percentual de sistemas de Abastecimento de água, em aldeias, com monitoramento da qualidade da água para consumo humano * | Medir o percentual de sistemas de abastecimento de água monitorado | $\frac{\text{Nº de sistemas de abastecimentode água em área indígena monitorado}}{\text{Total de sistemas de abastecimento de água em área indígena com tratamento}} \text{ X } 100$ | 78/78 X 100 | Eficácia | Planilha de acompanhamen-to Programação de acompanhamento | Planilha Acompanhamento (Densp) E visita de acompanhamento (Diesp) | Diesp | 100 | * |
| Percentual de domicílios com Melhorias Sanitárias Domiciliares implantadas com recursos do PAC (RA ajustado) (*) Acumulado – 2007 a 2009 | Verificar o percentual de domicílios com Melhorias Sanitárias Domiciliares implantadas | $\frac{\text{Nº de domicílios com MSD implantado (*)}}{\text{Nº de domicílios programados nos4 anos PAC}} \text{ X } 100$ | 35/173 X 100 | Eficácia | Programação do PAC Sigesan | Relatório gerado do Sistema<br><br>Programação do PAC | Diesp | 20 | 63,01 |

## 3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

### 3.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Não Houve Ocorrência no período para as contas Contábeis de códigos 21211.11.00, 21212.11.00, 21213.11.00, 21215.22.00 e 21219.22.00 do SIAFI

## 4. MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

### 4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

**Quadro VIII - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores** Valores em R$ 1,00

| ANO | RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | | | | RESTOS A PAGAR PROCESSADOS | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Montante Inscrito | Cancelamento Acumulados | Pagamento Acumulados | Saldo a pagar em 31/12/2011 | Montante Inscrito | Cancelamento Acumulados | Pagamentos Acumulados | Saldo a pagar em 31/12/2011 |
| 2003 | | | | - | | | | - |
| 2004 | | | | - | | | | - |
| 2005 | | | | - | | | | - |
| 2006 | | | | - | | | | - |
| 2007 | | | | - | | | | - |
| 2008 | | | | - | | | | - |
| 2009 | 581.721,81 | 31.046,50 | 550.675,31 | - | 70.610,48 | | 70.610,48 | - |
| 2010 | 6.288.406,91 | 515.192,01 | 5.489.119,11 | 284.095,79 | 1.272.888,62 | 9.667,42 | 1.263.221,20 | 0,00 |

Fonte: Siafi gerencial

### 4.2 Análise Crítica

A permanência de restos a pagar processados e não processados ocorre em virtude dos processos licitatórios terem como vencedoras do certame empresas de outros estados brasileiros, que devido a localização geográfica do estado de Roraima dificulta a entrega do material. Fato esse que leva a um retardo na liquidação das Notas de Empenho emitidas por esta Suest/RR, que somente são liberadas para pagamento após a entrega do material e a apropriação da nota fiscal pelo setor de almoxarifado, seguindo a programação financeira mensal.

## 5. INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS

Após a redistribuição de 373 (trezentos e setenta e três) servidores do quadro da Suest/RR para o quadro do Ministério da Saúde o quadro desta Unidade jurisdicionada em 31 de dezembro de 2011 passou a ater a seguinte composição: 83 (oitenta e três) servidores ativos permanentes, 3 (três) nomeados em cargo em comissão, 2 (dois) contratos temporários, 1 (um) exercício descentralizado de carreira, 1 (um) exercício provisório e 58 (cinquenta e oito) cedidos, totalizando 148 (cento e quarenta e oito) servidores.

No final do exercício de 2011 o quantitativo de servidores inativos totalizou 47 (quarenta e sete) enquanto que os pensionistas somaram 77 (setenta e sete).

Quanto ao quadro de estagiários encerramos o exercício de 2011 com um total de 24 (vinte e quatro) no 4º (quarto) trimestre.

A Superintendência Estadual da Funasa em Roraima tem locação de mão de obra mediante contrato de prestação de serviços referentes a: manutenção predial, limpeza e higiene, vigilância ostensiva e apoio as administrativas, tais como: copeiragem, digitador, secretária, recepcionista, telefonista e motorista. Vale ressaltar que nenhum destes cargos faz parte do quadro de cargos e funções da Funasa.

Nota-se que há uma necessidade urgente de realização de concurso público para prover as unidades descentralizadas da Funasa, ou seja, as Superintendências Estaduais visando um desempenho das atividades a elas inerentes, por meio de servidores efetivos. Uma vez que atualmente seria impossível o desempenho a contento das atividades sem a utilização de mão de obra terceirizada.

### 5.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS

#### 5.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada

**Quadro IX – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12/2011**

| Tipologias dos Cargos | Lotação | | Ingressos no exercício | Egressos no exercício |
|---|---|---|---|---|
| | Autorizada | Efetiva | | |
| **1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)** | - | **143** | - | 1 |
| 1.1. Membros de poder e agentes políticos | - | - | - | - |
| 1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4) | - | 143 | - | 1 |
| 1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão | - | 141 | - | 1 |
| 1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado | - | 1 | - | - |
| 1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório | - | 1 | - | - |
| 1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas | - | - | - | - |
| **2. Servidores com Contratos Temporários** | - | 2 | - | - |
| **3. Total de Servidores (1+2)** | - | **145** | - | **1** |

Fonte: Siape

### 5.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da Unidade Jurisdicionada

**Quadro X– Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12/11**

| Tipologias dos afastamentos | Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro |
|---|---|
| **1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)** | **58** |
| 1.1. Exercício de Cargo em Comissão | 7 |
| 1.2. Exercício de Função de Confiança | - |
| 1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)* | 51 |
| **2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)** | **1** |
| 2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo | 1 |
| 2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior | - |
| 2.3. Para Serviço em Organismo Internacional | - |
| 2.4. Para Participação em Programa de Pós-Gradução Stricto Sensu no País | - |
| **3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)** | **1** |
| 3.1. De oficio, no interesse da Administração | - |
| 3.2. A pedido, a critério da Administração | 1 |
| 3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro | - |
| 3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde | - |
| 3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo | - |
| **4. Licença remunerada (4.1+4.2)** | **-** |
| 4.1. Doença em pessoa da família | - |
| 4.2. Capacitação | - |
| **5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)** | **2** |
| 5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro | - |
| 5.2. Serviço militar | - |
| 5.3. Atividade política | - |
| 5.4. Interesses particulares | 2 |
| 5.5. Mandato classista | - |
| **6. Outras situações (Especificar o ato normativo)** | **-** |
| **7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)** | **62** |

Fonte: Siape

O Item 1.3, apresenta os servidores cedidos ao SUS, conforme Lei nº 8.270/1991, em exercício na Secretaria Estadual de Saúde e Secretaria Municipal de Saúde do Estado de Roraima, totalizando 51 servidores, que ainda continuam na folha de pagamento da SUEST/RR. No nosso entendimento deveriam ser redistribuídos para o Ministério da Saúde - MS, tendo em vista que executam ações de Combate e Controle de Endemias, bem como de assistência a Saúde na rede pública. Atividades essas que não estão incluídas nos objetivos finalísticos da Funasa, conforme Decreto nº 7.355 de 19/10/2010, DOU de 20/10/2010.

## 5.1.3 – QUANTIFICAÇÃO DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UNIDADE JURISDICIONADA

### Quadro XI – Detalhamento Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ (Situação em 31/12/11)

| Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas | Lotação | | Ingressos no exercício | Egressos no exercício |
|---|---|---|---|---|
| | Autorizada | Efetiva | | |
| **1. Cargos em comissão** | **-** | **7** | **-** | **-** |
| 1.1. Cargos Natureza Especial | - | - | - | - |
| 1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior | - | 7 | - | - |
| 1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão | - | 4 | - | - |
| 1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado | - | - | - | - |
| 1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas | - | - | - | - |
| 1.2.4. Sem vínculo | - | 3 | - | - |
| 1.2.5. Aposentados | - | - | - | - |
| **2. Funções gratificadas** | **-** | **14** | **-** | **-** |
| 2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão | - | 14 | - | - |
| 2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado | - | - | - | - |
| 2.3. Servidores de outros órgãos e esferas | - | - | - | - |
| **3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)** | **-** | **21** | **-** | **-** |

Fonte: Siape

## 5.1.4 – Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a idade

### Quadro XII – Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária – Situação em 31/12/11

| Tipologias do Cargo | Faixa Etária (anos) | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Até 30 anos | De 31 a 40 anos | De 41 a 50 anos | De 51 a 60 anos | Acima de 60 anos |
| **1. Provimento de cargo efetivo** | **2** | **10** | **42** | **58** | **15** |
| 1.1. Membros de poder e agentes políticos | - | - | - | - | - |
| 1.2. Servidores de Carreira | 1 | 9 | 42 | 58 | 15 |
| 1.3. Servidores com Contratos Temporários | 1 | 1 | - | - | - |
| 1.4. Servidores Cedidos ou em Licença | **2** | **5** | **10** | **4** | - |
| **2. Provimento de cargo em comissão** | - | - | - | - | - |
| 2.1. Cargos de Natureza Especial | 1 | 3 | 3 | - | - |
| 2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior | 1 | 2 | 7 | 4 | - |
| 2.3. Funções gratificadas | **4** | **15** | **52** | **62** | **15** |

Fonte: Siape

### 5.1.5 – Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a escolaridade

**Quadro XIII - Quantidade de Servidores da UJ por nível de escolaridade – Situação em 31/12/11**

| Tipologias do Cargo | Nível de Escolaridade | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** | **6** | **7** | **8** | **9** |
| **1. Provimento de cargo efetivo** | - | - | 11 | 8 | 73 | 35 | - | - | - |
| 1.1. Membros de poder e agentes políticos | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 1.2. Servidores de Carreira | - | - | 11 | 8 | 73 | 33 | - | - | - |
| 1.3. Servidores com Contratos Temporários | - | - | - | - | - | 2 | - | - | - |
| 1.4. Servidores Cedidos ou em Licença | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| **2. Provimento de cargo em comissão** | - | - | - | - | - | - | | | |
| 2.1. Cargos de Natureza Especial | - | - | - | - | 1 | 6 | - | - | - |
| 2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior | - | - | - | - | 9 | 5 | - | - | - |
| 2.3. Funções gratificadas | - | - | **11** | **8** | **83** | **46** | - | - | - |

**LEGENDA**
**Nível de Escolaridade**
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: Siape

## 5.2 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS

**Quadro XIV - Composição do Quadro de Servidores Inativos- Situação em 31/12/11**

| Regime de proventos / Regime de aposentadoria | Quantidade | |
|---|---|---|
| | **De Servidores Aposentados ate 31/12** | **De Aposentadorias iniciadas em 2011** |
| | **22** | **5** |
| **1 Integral** | 17 | 4 |
| 1.1 Voluntária | - | - |
| 1.2 Compulsório | 5 | 1 |
| 1.3 Invalidez Permanente | - | - |
| 1.4 Outras | **25** | - |
| **2 Proporcional** | 17 | - |
| 2.1 Voluntária | 8 | - |
| 2.2 Compulsório | - | - |
| 2.3 Invalidez Permanente | - | - |
| 2.4 Outras | **47** | **5** |

Fonte: Siape

## Quadro XV - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação em 31/12/11

| Regime de proventos do servidor instituidor | Quantidade de Beneficiários de Pensão | |
|---|---|---|
| | Acumulada até 31/12 | Iniciada no exercício de referência |
| **1. Aposentado** | **11** | **2** |
| 1.1. Integral | 7 | 2 |
| 1.2. Proporcional | 4 | - |
| **2. Em Atividade** | **66** | **1** |
| **3. Total (1+2)** | **77** | **3** |

Fonte: Siape

## 5.3 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

## Quadro XVI - Composição do Quadro de Estagiários

| Nível de escolaridade | Quantitativo de contratos de estágio vigentes | | | | Despesa do exercício (Valores em R$ 1,00) |
|---|---|---|---|---|---|
| | 1º Trimestre | 2º Trimestre | 3º Trimestre | 4º Trimestre | |
| **1.Nível superior** | **7** | **10** | **6** | **7** | **R$ 109.156,48*** |
| 1.1Área Fim | 2 | 3 | 2 | 2 | |
| 1.2Área Meio | 5 | 7 | 4 | 5 | |
| **2.Nível Médio** | **9** | **15** | **18** | **17** | |
| 2.1Área Fim | 2 | 2 | 4 | 4 | |
| 2.2Área Meio | 7 | 13 | 14 | 13 | |
| **3. TOTAL(1+2)** | **16** | **25** | **24** | **24** | |

Fonte: Siape
*custo global do exercício 2011

## 5.4 DEMONSTRAÇÃO DOS CUSTOS DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA

**Quadro XVII – Custos de Pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores**

| Tipologias/ Exercícios | | Vencimentos e vantagens fixas | Despesas Variáveis | | | | | | Despesas de Exercícios Anteriores | Decisões Judiciais | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Retri buições | Gratificações | Adicionais | Indenizações | Benefícios Assistenciais e previdenciários | Demais despesas variáveis | | | |
| **Membros de poder e agentes políticos** | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2011 | | | | | | | | | | |
| | 2010 | | | | | | | | | | |
| | 2009 | | | | | | | | | | |
| **Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão** | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2011 | 7.434.564,07 | | 658.462,62 | 451.045,79 | 658.462,62 | 599.842,66 | 652.553,90 | | 1.930,58 | 10.456.862,24 |
| | 2010 | 16.073.373,31 | | 1.476.993,06 | 1.880.002,14 | 299.936.89 | 666.739,58 | 1.725.331,33 | | 10.154,77 | 22.132.531,08 |
| | 2009 | 15.673.174,26 | | 1.503.832,21 | 2.308.072,54 | 317.978,57 | 66.846,00 | 850.326,77 | 37.208,60 | 12.963,72 | 20.770.402,67 |
| **Servidores com Contratos Temporários** | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2011 | 135.677,32 | | 11.238,33 | | | | | | | 146.915,65 |
| | 2010 | 73.560,00 | | 6130,00 | | | | | | | 79.690,00 |
| | 2009 | 65.590,93 | | 5.619,17 | | | | | | | 71.210,10 |
| **Servidores Cedidos com ônus ou em Licença** | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2011 | 148.946,26 | | | | | | | | | 148.946,26 |
| | 2010 | 129.436,36 | | | | | | | | | 129.436,36 |
| | 2009 | 89.187,64 | | | | | | | | | 89.187,64 |
| **Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial** | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2011 | | 88.879,56 | | | | | | | 88.879,56 | 88.879,56 |
| | 2010 | | 94.372,84 | | | | | | | 94.372,84 | 94.372,84 |
| | 2009 | | 89.357,29 | | | | | | | 89.357,29 | 89.357,29 |
| **Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior** | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2011 | | 204.951,58 | | | | | | | 204.951,58 | 204.951,58 |
| | 2010 | | 236.051,05 | | | | | | | 236.051,05 | 236.051,05 |
| | 2009 | | 250.360,88 | | | | | | | 250.360,88 | 250.360,88 |
| **Servidores ocupantes de Funções gratificadas** | | | | | | | | | | | |
| Exercícios | 2011 | | 52.510,05 | | | | | | | | 52.510,05 |
| | 2010 | | 68.509,12 | | | | | | | | 68.509,12 |
| | 2009 | | 74.874,12 | | | | | | | | 74.874,12 |

Fonte: Siape

## 5.5 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA PELA UNIDADE JURSDICIONADA

### 5.5.1 Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão

Não houve ocorrência no período

### 5.5.2 Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados

Não houve ocorrência no período

### 5.5.3 Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade

**Quadro XVIII - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva**

| Unidade Contratante | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Nome: Superintendência Estadual da Funasa em Roraima** | | | | | | | | | | | | | |
| **UG/Gestão: 255023** | | | | | **CNPJ: 26.989.350/0536-60** | | | | | | | | |
| **Informações sobre os contratos** | | | | | | | | | | | | | |
| **Ano do contrato** | **Área** | **Natureza** | **Identificação do Contrato** | **Empresa Contratada (CNPJ)** | **Período contratual de execução das atividades contratadas** | | **Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados** | | | | | | **Sit** |
| | | | | | | | **F** | | **M** | | **S** | | |
| | | | | | **Início** | **Fim** | **P** | **C** | **P** | **C** | **P** | **C** | |
| 2006 | V | O | 37/2006 | 02.692.187/0001-67 | 27/12/10 | 26/12/11 | | | 10 | 10 | | | P |
| 2007 | L | O | 29/2007 | 02.043.066/0001-94 | 04/07/11 | 03/07/12 | | | | | | | P |
| 2007 | L | O | 30/2007 | 02.043.066/0001-94 | 04/07/11 | 03/07/12 | | | | | | | P |
| **Observações:** A SUEST/RR realizou pregão eletrônico para contratação do serviço por duas vezes e não houve interessados nos certames | | | | | | | | | | | | | |
| **LEGENDA**<br>**Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.<br>**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.<br>**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.<br>**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. | | | | | | | | | | | | | |

### 5.5.4 Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão

### Quadro XIX - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

| Unidade Contratante | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Nome: Fundação Nacional de Saúde- -Superintendência Estadual de Roraima** | | | | | | | | | | | | | | |
| **UG/Gestão: 255023** | | | | | **CNPJ: 26.989.350/0536-60** | | | | | | | | | |
| **Informações sobre os contratos** | | | | | | | | | | | | | | |
| **Ano do contrato** | **Área** | **Natureza** | **Identificação do Contrato** | **Empresa Contratada (CNPJ)** | **Período contratual de execução das atividades contratadas** | | **Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados** | | | | | | **Sit.** |
| | | | | | | | **F** | | **M** | | **S** | | |
| | | | | | **Início** | **Fim** | **P** | **C** | **P** | **C** | **P** | **C** | |
| 2010 | 4 | O | 44/2010 | 04.424.629/0001-10 | 02/03/2010 | 01/03/2011 | 70 | 33 | | | | | P |
| 2010 | 9 | O | 44/2010 | 04.424.629/0001-10 | 02/03/2010 | 01/03/2011 | | | 05 | 04 | | | P |
| 2010 | 1 | O | 44/2010 | 04.424.629/0001-10 | 02/03/2010 | 01/03/2011 | 15 | 14 | | | | | P |
| 2010 | 5 | O | 44/2010 | 04.424.629/0001-10 | 02/03/2010 | 01/03/2011 | | | 39 | 37 | | | P |
| 2010 | 14 | O | 44/2010 | 04.424.629/0001-10 | 02/03/2010 | 01/03/2011 | | | 31 | 26 | | | P |
| 2010 | 8 | O | 44/2010 | 04.424.629/0001-10 | 02/03/2010 | 01/03/2011 | 5 | 4 | | | | | P |
| 2010 | 6 | O | 44/2010 | 04.424.629/0001-10 | 02/03/2010 | 01/03/2011 | 4 | 1 | | | | | P |
| 2011 | 11 | O | 11/2011 | 10.262.265/0001-11 | 16/06/2011 | 16/06/2012 | 11 | 6 | | | | | P |
| 2011 | 7 | O | 11/2011 | 10.262.265/0001-11 | 16/06/2011 | 16/06/2012 | 6 | 0 | | | | | P |
| 2011 | 6 | O | 11/2011 | 10.262.265/0001-11 | 16/06/2011 | 16/06/2012 | 3 | 0 | | | | | P |
| 2011 | 11 | O | 15/2011 | 84.038.926/0001-66 | 06/10/2011 | 05/10/2012 | 12 | 12 | | | | | P |
| **Observações:** o Contrato nº 11/2011 foi oriundo de Adesão a Ata de Registro de Preço, devido aos problemas hidráulicos e elétricos ocorridos no âmbito desta Suest/RR. | | | | | | | | | | | | | | |

**LEGENDA**

**Área:**

1. *Conservação e Limpeza;*
2. *Segurança;*
3. *Vigilância;*
4. *Transportes;*
5. *Informática;*
6. *Copeiragem;*
7. *Recepção;*
8. *Reprografia;*
9. *Telecomunicações;*
10. *Manutenção de bens móvies*
11. *Manutenção de bens imóveis*
12. *Brigadistas*
13. *Apoio Administrativo – Menores Aprendizes*
14. *Outras*

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.
**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Processos Licitatórios nº 25270.016.314/2009-11, 25270.003.046/2011-92 e 25270.003.446/2011-06.

## 5.6 INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS

Esta Unidade Jurisdicionada não possui indicadores gerenciais de Recursos Humanos, esses são desenvolvidos pelo Órgão Central, Funasa/Presidência, portanto não há como esta UJ informar a previsão para desenvolvimento dos mesmos.

## ANÁLISE CRITÍCA SOBRE RECURSOS HUMANOS

Em 2011 houve numa redução significativa na Força de Trabalho da UJ, cuja situação em 31/12/2011, resultando em 83 servidores do quadro efetivo, 03 nomeados para cargos em comissão, 07 cedidos para outros órgãos, 02 contratos temporários, 01 exercício descentralizado de carreira, 01 exercício provisório, 51 cedidos ao SUS, Lei 8.270/1991, resultando na força de trabalho de 148 servidores, o que de certo impactou nas ações a serem desenvolvidas nesta Superintendência Estadual de Roraima, corroborando com isso alguns servidores se recusam a desenvolver atividades em sistemas de informática, devido ao não conhecimento na área. A nossa força de trabalho está na faixa etária acima de 41 anos. Devendo ser levado em conta a possibilidade de realização de concurso público, tendo em vista a grande quantidade de servidores que estão alcançando a idade para aposentadoria.

Hoje grande parte das atividades desenvolvidas na Unidade são desempenhadas com apoio de pessoal terceirizado que atendem a demanda de diversos setores da instituição, no entanto as funções não fazem parte do plano de cargos da instituição.

## 6. INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS

## 6.2 INFORMAÇÕES SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS AOS CONVÊNIOS, TERMOS DE COOPERAÇÃO E CONTRATOS DE REPASSE

**Quadro XX – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse**

| **Unidade Concedente** | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Nome: Fundação Nacional de Saúde** | | | | | |
| **CNPJ: 26.989.350/0536-60** | | | **UG/GESTÃO: 255000** | | |
| **Exercício da prestação de contas** | **Quantitativos e montante repassados** | | | **Instrumentos** (Quantidade e Montante Repassado) | |
| | | | | **Convênios** | **Contratos de Repasse** |
| **2011** | Contas prestadas | Quantidade | | 4 | 2 |
| | | Montante Repassado (R$) | | 10.347.988,80 | 2.450.000,00 |
| | Contas NÃO prestadas | Quantidade | | 0 | 0 |
| | | Montante Repassado (R$) | | 0 | 0 |
| **2010** | Ainda no prazo de prestação de contas | Quantidade | | 1 | 2 |
| | | Montante Repassado | | 1.000.000,00 | 600.000,00 |
| | Com prazo de prestação de contas vencido | Contas prestadas | Quantidade | 5 | 8 |
| | | | Montante Repassado (R$) | 3.794.795,47 | 5.665.000,00 |
| | | Contas NÃO prestadas | Quantidade | 0 | 0 |
| | | | Montante Repassado (R$) | 0,00 | 0,00 |
| **2009** | Contas prestadas | | Quantidade | 19 | 1 |
| | | | Montante Repassado (R$) | 14.485.057,89 | 200.000,00 |
| | Contas NÃO prestadas | | Quantidade | 0 | 0 |
| | | | Montante Repassado (R$) | 0,00 | 0,00 |
| **Anteriores a 2009** | Contas NÃO prestadas | | Quantidade | 0 | 0 |
| | | | Montante Repassado (R$) | 0,00 | 0,00 |

Fonte: Siafi

### 6.2.1 Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse

**Quadro XXI - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse**

| Unidade Concedente ou Contratante | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Nome: Fundação Nacional de Saúde** | | | | | |
| **CNPJ: 26.989.350/0536-60** | | | **UG/GESTÃO: 255000** | | |
| **Exercício da prestação de contas** | **Quantitativos e montantes repassados** | | | **Instrumentos** | |
| | | | | **Convênios** | **Contratos de Repasse** |
| **2011** | Quantidade de contas prestadas | | | 7 | 7 |
| | Com prazo de análise ainda **não vencido** | Quantidade | | 1 | 0 |
| | | Montante repassado (R$) | | 1.750.000,00 | 0 |
| | Com prazo de análise **vencido** | Contas analisadas | Quantidade Aprovada | 3 | 0 |
| | | | Quantidade Reprovada | 0 | 3 |
| | | | Quantidade de TCE | 0 | 0 |
| | | Contas NÃO analisadas | Quantidade | 3 | 4 |
| | | | Montante repassado (R$) | 9.347.988,80 | 2.450.000,00 |
| **2010** | Quantidade de contas prestadas | | | 6 | 10 |
| | Contas analisadas | Quantidade Aprovada | | 1 | 8 |
| | | Quantidade Reprovada | | 3 | 0 |
| | | Quantidade de TCE | | 3 | 0 |
| | Contas NÃO analisadas | Quantidade | | 2 | 2 |
| | | Montante repassado (R$) | | 734.795,45 | 1.525.000,00 |
| **2009** | Quantidade de contas prestadas | | | 19 | 0 |
| | Contas analisadas | Quantidade Aprovada | | 10 | 0 |
| | | Quantidade Reprovada | | 11 | 0 |
| | | Quantidade de TCE | | 11 | 0 |
| | Contas NÃO analisadas | Quantidade | | 0 | 0 |
| | | Montante repassado | | 0 | 0 |
| **Exercícios anteriores a 2009** | Contas NÃO analisadas | Quantidade | | 0 | 0 |
| | | Montante repassado | | 0 | 0 |

Fonte: Siafi

## 6.3 Análise Crítica

A SUEST/RR possui dois convênios, cujos SIAFI são 575584 (Drenagem e manejo ambiental para controle da malária) e 577347 (Sistema de Esgotamento Sanitário) que se encontram na situação de inadimplentes em virtude do atual gestor ter efetuado gastos financeiros, e, os convênios não terem aprovação técnica da área de engenharia. Foi instaurada TCE's, porém o gestor demonstrou interesse em concluir as obras. O convênio cujo SIAFI é 575584 já possui aprovação de 100% da área de engenharia, estando atualmente em análise financeira. O segundo convênio, SIAFI 577347, está com as obras em andamento. A SUEST/RR nestes dois casos além de cumprir seu papel constitucional de procurar ressarcir o Erário dos possíveis prejuízos causados buscou pactuar com o convenente a necessidade de conclusão das obras conforme pactuado no plano de trabalho.

Os convênios que tiveram transferências efetuadas em 2011, em casos específicos e previstos na celebração do convênio ou contrato de repasse respeitaram as normativas previstas no

art. 35 do Decreto 93.872/86 e art. 12 do Decreto 7.445/2011, baseando-se no plano de trabalho estabelecido entre a convenente e a concedente.

Ao realizarmos uma observação dos recursos disponibilizados, entre os anos de 2009 e 2011, pode-se apontar um decréscimo do total de parcerias firmadas pela SUEST/RR e os entes governamentais. Porém podemos detectar também que a proporção de recursos versus número de parcerias firmadas apresenta uma qualidade maior quanto à efetiva garantia de acompanhamento das obras, diante da debilidade de profissionais existente na Funasa.

Enquanto no ano de 2009 foram firmadas 20 parcerias, entre convênios e contratos de repasse, movimentando um montante de R$ 14.685.057,89, no ano de 2011 foram firmados 6 parcerias que investiu R$ 12.797.988,80, permitindo um maior acompanhamento da execução das parcerias, seja na execução financeira ou na execução física dos objetos pactuados.

No tocante as novas atribuições descentralizadas da Funasa/Presi às SUEST, o SECONV, procurou adequar a equipe de trabalho, a fim de assumir e desenvolver as funções não apenas de análise da execução financeira, mas também de habilitação dos convênios e contratos de repasse firmados na SUEST/RR. Desta forma foram definidos dois setores ligados à chefia do serviço, um de habilitação e outro de prestação de contas, tendo cada um dois servidores à disposição, sendo um deles responsável pelo setor.

As prestações de contas que tiveram seus prazos regulamentares expirados, em 2011, totalizaram 14 parcerias (conforme item 6.2.1) destas 42,86% tiveram suas contas analisadas e pareceres expedidos, estando 3 convênios e 4 contratos de repasse em processo de análise técnica ou financeira, sendo que 3 destas parcerias integram o programa de continuidade das obras paralisadas ou com pendências na execução técnica. A SUEST/RR definiu um grupo de trabalho que envolve pela Funasa: DIESP, SECONV e o Gabinete da Superintendência, de outro lado participam os convenentes. O objetivo é garantir que as obras pactuadas atinja sua etapa útil, evitando a descontinuidade da política de melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e cidadãs roraimenses.

As análises financeiras dos convênios e contratos de repasse firmados, responsabilidade desta SUEST/RR, apresentam cada vez mais respostas rápidas e consistentes do setor, seja no processo de análise das contas ou na busca de garantir a melhor execução do convênio. O processo de descentralização efetivado pela Funasa/Presi possibilitou um melhor acompanhamento da SUEST/RR no tocante a habilitação, pois podemos desenvolver efetivamente ações conjuntas com a área de engenharia, na busca de garantir a efetividade das ações pactuadas.

Porém, a debilidade na definição de uma política de valorização do servidor, bem como, a deficiência de pessoal impede que possamos ter uma ação mais coordenada pelas áreas técnicas responsáveis pelo acompanhamento dos convênios e contratos de repasse pactuados. Portanto é necessário que a Funasa/Presi, em parceria com os Superintendentes Regionais possam ter nestas duas áreas, essenciais ao desenvolvimento da missão de nossa fundação, olhares de qualificação continuada, garantia de um corpo técnico mínimo ao desenvolvimento das atividades, bem como, recursos materiais (móveis adequados e uma política de modernização informática) adequados ao desenvolvimento das atividades.

No tocante ao desenvolvimento das ações de acompanhamento conseguimos realizar 100% de visitas “In Loco” dos convênios e contratos de repasse firmados ou expirados em 2011. Permitindo um melhor acompanhamento da execução financeira dos convênios, além de possibilitar a correção de impropriedades/irregularidades nas fases iniciais da execução financeira. Essa política deve ser mantida pela Funasa, tendo em vista a importância que as visitas realizadas possuem ao pleno desenvolvimento das ações pactuadas, evitando diretamente práticas que possam vir a causar prejuízo ao Erário, seja no âmbito federal, estadual ou municipal.

## 7. DECLARAÇÃO REFERENTE A CONTRATOS E CONVÊNIOS

### 7.1 Declaração I – DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO NO SISTEMA SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, MARCELO DE LIMA LOPES, CPF Nº. 315.195.058-25, ocupante do cargo de Superintendente Estadual da Fundação Nacional de Saúde em Roraima, declaro em observância ao item 7 do Anexo II da Decisão Normativa nº 107, de 27 de outubro de 2010, que as informações referentes aos contratos firmados por esta Unidade Gestora, estão disponíveis e atualizados no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº. 11.768, de 14 de agosto de 2008.

Boa Vista, RR, 28 de março de 2012.

_____

Marcelo de Lima Lopes
CPF 315.195.058-25
Superintendente Estadual

## 8. INFORMAÇÕES SOBRE DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS
## 8.1 SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI 8.730/93

**Quadro XXII– Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR**

| Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR | Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93 | Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR | | |
|---|---|---|---|---|
| | | Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo | Final do exercício da Função ou Cargo | Final do exercício financeiro |
| **Autoridades** (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93) | Obrigados a entregar a DBR | - | - | - |
| | Entregaram a DBR | - | - | - |
| | Não cumpriram a obrigação | - | - | - |
| **Cargos Eletivos** | Obrigados a entregar a DBR | - | - | - |
| | Entregaram a DBR | - | - | - |
| | Não cumpriram a obrigação | - | - | - |
| **Funções Comissionadas** (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão) | Obrigados a entregar a DBR | 21 | - | 21 |
| | Entregaram a DBR | 21 | - | 21 |
| | Não cumpriram a obrigação | - | - | - |

Fonte: arquivo Socad/Sereh

### 8.2 Análise Crítica

Antes de 2008 os servidores apresentavam em meio físico a Declaração de Ajuste Anual de Imposto de Renda, a partir de então, em cumprimento a Lei nº 8.429/2002, todos assinaram a autorização de acesso à Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física.

A DBR- Declaração de Bens e Renda de que trata a Lei 8.730/1993, é preenchida e assinada na SUEST/RR, no momento da posse do servidor ou ocupante de cargo comissionado, com indicação das fontes de rendas e de bens, a partir de 2011 passamos a exigir também no final do exercício, uma vez que a mesma só era preenchida no momento de ingresso dos servidores na instituição.

As DBR's são recebidas em meio físico, as mesmas são controladas e arquivadas no dossiê de cada servidor pelo Setor de Cadastro e Pagamento (SOCAD), em arquivos de acesso restrito apenas aos servidores efetivos do Serviço de Recursos Humanos. Informamos que não há nesta Unidade Jurisdicionada sistemática de autorização eletrônica para consulta ao banco de dados da receita federal por nenhum servidor ou autoridade.

## 9. INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO DA UJ

### 9.1- QUADRO XXIII - ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

| Aspectos do sistema de controle interno | Avaliação | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Ambiente de Controle** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** |
| 1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento. | | | | | X |
| 2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade. | | | | X | |
| 3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente. | | | X | | |
| 4. Existe código formalizado de ética ou de conduta. | | | X | | |
| 5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais. | | | | X | |
| 6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta. | | | | | X |
| 7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades. | | | | | X |
| 8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ. | | | | | X |
| 9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ. | | | | | X |
| **Avaliação de Risco** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** |
| 10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados. | | | | | X |
| 11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade. | | | | | X |
| 12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los. | | | | | X |
| 13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão. | | | | X | |
| 14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo. | | | | X | |
| 15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão. | | | | | X |
| 16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade. | | | | | X |
| 17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos. | | | | | X |
| 18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade. | | | | | X |
| **Procedimentos de Controle** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** |
| 19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas. | | | X | | |
| 20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo. | | | X | | |
| 21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação. | | | X | | |
| 22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle. | | | | | X |
| **Informação e Comunicação** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** |
| 23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas. | | | | | X |
| 24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas. | | | | X | |
| 25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível. | | | | | X |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz. | | | | | **X** |
| 27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura. | | | | **X** | |
| **Monitoramento** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** |
| 28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo. | | **X** | | | |
| 29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas. | | **X** | | | |
| 30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho. | | | **X** | | |

Considerações gerais: O questionário foi preenchido pelo Colegiado Gestor da Suest/RR, ressaltamos que nesta UJ não há instalada unidade de controle interno, ficando a cargo do órgão central.

**LEGENDA**

**Níveis de Avaliação:**

**(1) Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

**(2) Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

**(3) Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

**(4) Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

**(5) Totalmente válido.** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

## 10. INFORMAÇÕES QUANTO A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

### 10.1 Quadro XXIV - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

| **Aspectos sobre a gestão ambiental** | **Avaliação** | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Licitações Sustentáveis** | **1** | **2** | **3** | **4** | **5** |
| 1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.<br>☐ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? | | | | **X** | |
| 2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável. | | **X** | | | |
| 3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis). | **X** | | | | |
| 4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.<br>☐ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? | | | | **X** | |
| 5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).<br>☐ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? | **X** | | | | |
| 6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).<br>☐ Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? | **X** | | | | |
| 7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.<br>☐ Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? | | | **X** | | |
| 8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).<br>☐ Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? | | | | **X** | |
| 9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos. | | | **X** | | |
| 10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental. | | | **X** | | |
| 11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006. | | | | **X** | |
| 12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.<br>☐ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, *folders*, comunicações oficiais, etc.)? Realização de palestras promovidas pelo Serviço de Saúde Ambiental e Divisão de Administração. | | | | | **X** |
| 13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.<br>☐ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, *folders*, comunicações oficiais, etc.)? Realização de palestras promovidas pelo Serviço de Saúde Ambiental e Divisão de Administração. | | | | | **X** |
| *Considerações Gerais:* O questionário foi preenchido pelo Colegiado Gestor da Suest/RR<br>*ITEM 4- LICENÇA AMBIENTAL DE FUNCIONAMENTO.*<br>*No exercício de 2011 ingressamos na comissão de coleta seletiva solidária do Ministério da Fazenda, Desenvolvemos e aprovamos o Plano de Sustentabilidade da UJ e encontra-se em* | | | | | |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| *tramite o termo de cooperação com a cooperativa de catadores UNIRENDA.* | | | | | |
| ***LEGENDA***<br>***Níveis de Avaliação:***<br>**(1) Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.<br>**(2) Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.<br>**(3) Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.<br>**(4) Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.<br>**(5) Totalmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ. | | | | | |

## 11. INFORMAÇÕES SOBRE GESTÃO DE PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

### 11.1 GESTÃO DE BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL

**Quadro XXV - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União**

| LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA | | QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ | |
|---|---|---|---|
| | | EXERCÍCIO 2011 | EXERCÍCIO 2010 |
| BRASIL | **UF RR** | | |
| | Boa Vista | 6 | 6 |
| | Mucajaí | 0 | 4 |
| | Iracema | 0 | 1 |
| | Caracaraí | 16 | 18 |
| | Pacaraima | 1 | 1 |
| | São João da Baliza | 0 | 1 |
| | Amajari | 6 | 6 |
| | Normandia | 3 | 3 |
| | Bonfim | 3 | 3 |
| **Subtotal Brasil** | | **35** | **43** |
| EXTERIOR | **PAÍS 1-** | - | - |
| | cidade 1 | - | - |
| | cidade 2 | - | - |
| | cidade "n" | - | - |
| | **PAÍS "n"** | - | - |
| | cidade 1 | - | - |
| | cidade 2 | - | - |
| | cidade "n" | - | - |
| **Subtotal Exterior** | | - | - |
| **Total (Brasil + Exterior)** | | **35** | **43** |

Fonte: SPIUNET e arquivos SOPAT

OBS:

- Estão incluídos nesta planilha todos os imóveis regularizados e não regularizados, como também os Postos de Saúde Área Indígena, oriundos da FUNAI;

- Em referência ao quantitativo reduzido para 35 imóveis foi devida às 8 Cessões de Uso oficializadas para os municípios, em atendimento aos Acórdãos nº 2341/2003 e 1817/2004, conforme processo nº 25270.005.806/201-15.

**Quadro XXVI - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros**

| LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA | | QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ | |
|---|---|---|---|
| | | EXERCÍCIO 2011 | EXERCÍCIO 2010 |
| BRASIL | **UF /RR** | **3** | **3** |
| | Boa Vista | 3 | 3 |
| | **UF /AM** | **2** | **2** |
| | São Gabriel da Cachoeira | **1** | 1 |
| | Santa Izabel do Rio Negro | **1** | 1 |
| **Subtotal Brasil** | | **5** | **5** |
| EXTERIOR | **PAÍS 1** | **-** | **-** |
| | cidade 1 | **-** | **-** |
| | cidade 2 | **-** | **-** |
| | cidade "n" | **-** | **-** |
| | **PAÍS "n"** | **-** | **-** |
| | cidade 1 | **-** | **-** |
| | cidade 2 | **-** | **-** |
| | cidade "n" | **-** | **-** |
| **Subtotal Exterior** | | | **-** |
| **Total (Brasil + Exterior)** | | **5** | **5** |

Fonte: SPIUNET e arquivos SOPAT

**Quadro XXVII - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ**

| UG | RIP | Regime | Estado de Conservação | Valor do Imóvel | | | Despesa com Manutenção no exercício | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Valor Histórico | Data da Avaliação | Valor Reavaliado | Imóvel | Instalações |
| 255023 | 0301.00118.500-1 | 12 | 3 | 429.484,60 | 16/05/2011 | 429.484,60 | 0,00 | 0,00 |
| 255023 | 0301.00124.500-4 | 13 | 3 | 731.160,00 | 16/05/2011 | 4.098.135,21 | 0,00 | 0,00 |
| 255023 | 0301.00125.500-0 | 12 | 4 | 153.152,47 | 16/05/2011 | 219.921,45 | 0,00 | 0,00 |
| 255023 | 0301.00126.500-5 | 13 | 3 | 104.799,60 | 16/05/2011 | 158.611,80 | 0,00 | 0,00 |
| 255023 | 0301.00127.500-0 | 13 | 3 | 104.799,60 | 10/03/2005 | 145.348,56 | 0,00 | 0,00 |
| 255023 | 0301.00240.500-5 | 12 | 2 | 146.561,40 | 16/05/2011 | 2.293.314,27 | 0,00 | 0,00 |
| 255023 | 0309.00007.500-3 | 5 | 4 | 5.565,69 | 25/05/2011 | 123.375,71 | 0,00 | 0,00 |
| 255023 | 0390.00008.500-9 | 5 | 4 | 21.203,13 | 25/05/2011 | 21.203,13 | 0,00 | 0,00 |
| 255023 | 0309.00009.500-4 | 5 | 4 | 10.840,00 | 25/05/2011 | 53.813,33 | 0,00 | 0,00 |
| 255023 | 0309.00010.500-0 | 5 | 4 | 639,00 | 25/05/2011 | 693,00 | 0,00 | 0,00 |
| 255023 | 0309.00011.500-5 | 5 | 3 | 13.008,00 | 25/05/2011 | 314.497,12 | 0,00 | 0,00 |
| 255023 | 0303.00022.500-6 | 5 | 3 | 120.595,00 | 24/05/2011 | 324.220,04 | 0,00 | 0,00 |
| 255023 | 0303.0028.500-9 | 5 | 3 | 55.941,60 | 24/05/2011 | 133.735,61 | 0,00 | 0,00 |
| 255023 | 0313.0005.500-0 | 5 | 3 | 27.211,80 | 25/05/2011 | 70.125,53 | 0,00 | 0,00 |
| **Total** | | | | | | | **0** | **0** |

Fonte: SPIUNET e arquivos SOPAT

OBS: O imóvel RIP 030900010.500-0, não há avaliação de benfeitorias, porém consta avaliação com referência a variação do índice de 5,91% que serviu como base de alteração de valor para PGV 2011

elaborada pela SPU/RR, que vale-se da média entre as amostras do preço de marcado imobiliários de Boa Vista e os adotados pela Prefeitura Municipal de Boa Vista.

**Análise Crítica**

A Superintendência Estadual da Funasa em Roraima apresenta duas situações distintas, em relação ao imóveis de propriedade da União sob sua responsabilidade que não se encontram regularizada Voltar ao Sumário – TABELAS 110 no Sistema SPIUNET, quais sejam: a existência de uma Ação de Suscitação de Dúvida, movida pela Funasa, tendo como réu a Prefeitura Municipal de Caracaraí, Processo nº 4979/98.2010-4.01.4200, 2ª Vara Federal, Roraima, onde se questiona a propriedade dos imóveis que estão em poder de terceiros, sendo alguns desses registrados em cartório de imóveis e outros apresentarem título definitivo. A outra situação diz respeito aqueles imóveis localizados em área indígena Raposa Serra do Sol. Por oportuno, informamos que os imóveis situados no município de Boa Vista encontram-se aguardando regularização no que concerne ao desmembramento das terras da União par o Estado de Roraima.

## 12. INFORMAÇÕES SOBRE GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI).

### 12.1 QUADRO XXVIII -GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

| Quesitos a serem avaliados | Avaliação | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| **Planejamento da área** | | | | | |
| 1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo. | | | | | X |
| 2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor. | X | | | | |
| 3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ. | | | | | X |
| **Perfil dos Recursos Humanos envolvidos** | | | | | |
| 4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI. | 03 | | | | |
| 5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade. | X | | | | |
| **Segurança da Informação** | | | | | |
| 6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação. | X | | | | |
| 7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico. | X | | | | |
| **Desenvolvimento e Produção de Sistemas** | | | | | |
| 8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ. | | | | | X |
| 9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida. | X | | | | |
| 10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes. | | | | | X |
| 11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço. | X | | | | |
| **Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI** | | | | | |
| 12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ. | 100% | | | | |
| 13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI. | | | | | X |
| 14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI. | X | | | | |
| 15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados? | | X | | | |
| Considerações Gerais: Planejamento Estratégico para área de TI em vigor está em fase de elaboração pela Funasa/Presidência;<br>Área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação. A competência da segurança da informação está a cargo do órgão central (Funasa/Presi); O desenvolvimento e manutenção de sistemas são realizados pela presidência da Funasa. | | | | | |
| **LEGENDA**<br>**Níveis de avaliação:**<br>**(1) Totalmente inválida:** Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.<br>**(2) Parcialmente inválida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.<br>**(3) Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.<br>**(4) Parcialmente válida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.<br>**(5) Totalmente válida:** Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ. | | | | | |

## 13. UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO

### 13.1 DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO

Não houve ocorrência no exercício de 2011

**Quadro XXIX - Despesa com cartão de credito corporativo**
**Série Histórica**

Valores em RS1,00

| EXERCICÍO | Saque | | Fatura | | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| | Quantidade | Valor | Quantidade | Valor | |
| 2011 | Não houve ocorrência | | | | |
| 2010 | 0 | 0 | 14 | R$ 68.852,90 | R$ 68.852,90 |
| 2009 | 47 | R$ 29.474,34 | 32 | R$ 129.121,35 | R$ 158.595,69 |

Fonte:Siafi

## 15. PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES DO TCU

### 15.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício

### Quadro XXX - Deliberações do TCU atendidas no exercício

| Unidade Jurisdicionada | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Denominação completa:** | | | | | **Código SIORG** |
| Fundação Nacional de Saúde – Superintendência Estadual de Roraima | | | | | 000304 |
| **Deliberações do TCU** | | | | | |
| **Deliberações expedidas pelo TCU** | | | | | |
| **Ordem** | **Processo** | **Acórdão** | **Item** | **Tipo** | **Comunicação Expedida** |
| 1 | TC 024.565/2010-5 | 955/2011 – TCU 2ª Câmara | 9.4.1 | Comunicação Processual | 27902-TCU/Sefip |
| **Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação** | | | | | **Código SIORG** |
| Superintendência Estadual da Fundação Nacional de Saúde em Roraima | | | | | 000304 |
| **Descrição da Deliberação:** | | | | | |
| Cessar no prazo de 15 dias os pagamentos decorrentes do ato impugnado, contados a partir da ciência da deliberação | | | | | |
| do Tribunal; | | | | | |
| | | | | | |
| **Providências Adotadas** | | | | | |
| **Setor responsável pela implementação** | | | | | **Código SIORG** |
| Setor de Recursos Humanos | | | | | 48173 |
| **Síntese da providência adotada:** | | | | | |
| Realizada a alteração da proporcionalidade no sistema SIAPE. Emissão do Ofício nº 298/GAB/SUEST-RR em 22/03/2011, ao Secretário de Fiscalização de Pessoal do Tribunal de Contas da União | | | | | |
| **Síntese dos resultados obtidos** | | | | | |
| Realizada a alteração da proporcionalidade no sistema SIAPE. | | | | | |
| | | | | | |

## Quadro XXXI - Deliberações do TCU atendidas no exercício

| Unidade Jurisdicionada | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Denominação completa:** | | | | | | **Código SIORG** |
| Fundação Nacional de Saúde – Superintendência Estadual de Roraima | | | | | | 000304 |
| **Deliberações do TCU** | | | | | | |
| **Deliberações expedidas pelo TCU** | | | | | | |
| **Ordem** | **Processo** | **Acórdão** | **Item** | **Tipo** | **Comunicação Expedida** | |
| 2 | TC 024.565/2010-5 | 955/2011 – TCU 2ª Câmara | 9.4.2 | Comunicação Processual | 27902-TCU/Sefip | |
| **Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação** | | | | | | **Código SIORG** |
| Superintendência Estadual da Fundação Nacional de Saúde em Roraima | | | | | | 000304 |
| **Descrição da Deliberação:** | | | | | | |
| Comunicar o interessado José de França acerca da liberação do Tribunal | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| **Providências Adotadas** | | | | | | |
| **Setor responsável pela implementação** | | | | | | **Código SIORG** |
| Setor de Recursos Humanos | | | | | | 48173 |
| **Síntese da providência adotada:** | | | | | | |
| Emitida notificação ao interessado nos termos do acórdão, com ciente em 18/03/2011. | | | | | | |
| **Síntese dos resultados obtidos** | | | | | | |
| Criado novo ato no SISAC sob número de controle 10281460-04-2011-0000028 | | | | | | |
| | | | | | | |

## 15.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

### Quadro XXXII -Deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

| UNIDADE JURISDICIONADA | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Denominação completa:** | | | | | **Código SIORG** |
| Fundação Nacional de Saúde – Superintendência Estadual de Roraima | | | | | 000304 |
| **Deliberações do TCU** | | | | | |
| **Deliberações expedidas pelo TCU** | | | | | |
| **Ordem** | **Processo** | **Acórdão** | **Item** | **Tipo** | **Comunicação Expedida** |
| 01 | TC.021.044/2009-0 | 4.192/2010 | 5.1 | RE | Ofício nº 608/2010-TCU/SECEX-RR |
| **Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação** | | | | | **Código SIORG** |
| Fundação Nacional de Saúde – Superintendência Estadual de Roraima | | | | | 000304 |
| **Descrição da Deliberação:** | | | | | |
| Apuração de possível prática de Sobrepreço na Prestação de serviço de Conservação e Limpeza. | | | | | |
| **Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento** | | | | | |
| **Setor responsável pela implementação** | | | | | **Código SIORG** |
| Divisão de Administração/Superintendência Estadual de Roraima | | | | | 000304 |
| **Justificativa para o seu não cumprimento:** | | | | | |
| A adequação ainda não ocorreu devido o desentendimento concernentes ao Termos que trata da adequação com a empresa em comento, o que causou retardo na medida e possível devolução ao erário por parte da mesma. | | | | | |
| **Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor** | | | | | |
| Atinente ao Acórdão esta administração ao adequar o contrato, conforme recomendação e encaminhá-lo a empresa em comento a referida desde então vem discordando o que causou o presente lapso temporal na resolução do impasse visto que a mesma argumenta com elementos em sua defesa de que não houve sobrepreço e encaminhou documentos Notas Fiscais entre outros no término do exercício de 2011 a fim de comprovação de que a mesma teve um dispêndio maior que o lucro obtido no referido contrato | | | | | |

## 15.3 Recomendações do OCI atendidas no exercício

Não houve ocorrência no exercício

## 15.4 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

Não houve ocorrência no exercício

# 16 INFORMAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

## 16.1 Recomendações da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendidas no exercício

### Quadro XXXIII Informações sobre recomendações da Unidade de Controle Interno ou de Auditoria Interna atendida no exercício de referência

| Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna | |
|---|---|
| **Identificação do Relatório de Auditoria** | Relatório de Auditoria 2010/083 |
| **Data do Relatório de Auditoria** | 30/08/2010 16/09/2010 |
| **Item do Relatório de Auditoria** | 1 |
| **Comunicação Expedida/Data** | Memorando nº 1406/ GAB/AUDIT/PRESI de 21/07/2011 |
| **Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação** | Fundação Nacional de Saúde – Superintendência Estadual de Roraima |
| **Descrição da Recomendação** | 1.1 Cumprimento das Auditorias realizadas pela CGU e TCU:<br>1) Adotar e implementar todas as providências e orientações oriundas dos órgãos de controle interno e externo, de forma adequada. |
| **Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação** | |
| Divisão de Administração - DIAMD | |
| **Síntese das providências adotadas** | |
| Elaboração e encaminhamento dos Termos com a adequação realizada por meio do ofício nº1274/DIADM/SUEST/RR/FUNASA de 23/08/2011, os quais foram encaminhados a Auditoria pelo memorando nº 172/DIADM/GAB de 08/08/2011. | |
| **Síntese dos resultados obtidos** | |
| Em processamento. | |
| **Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor** | |
| Atinente ao Acordão esta administração ao adequar o contrato, conforme recomendação e encaminha-lo a empresa em comento a referida desde então vem discordando o que causou o presente lapso temporal na resolução do impasse visto que a mesma argumenta com elementos em sua defesa de que não houve sobrepreço e encaminhou documentos Notas Fiscais entre outros no término do exercício de 2011 a fim de comprovação de que a mesma teve um dispêndio maior que o lucro obtido no referido contrato. | |

## Quadro XXXIV - Informações sobre recomendações da Unidade de Controle Interno ou de Auditoria Interna atendida no exercício de referência

| Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna | |
|---|---|
| **Identificação do Relatório de Auditoria** | Relatório de Auditoria 2010/083 |
| **Data do Relatório de Auditoria** | 30/08/2010 16/09/2010 |
| **Item do Relatório de Auditoria** | 2 |
| **Comunicação Expedida/Data** | Memorando nº 1406/ GAB/AUDIT/PRESI de 21/07/2011 |
| **Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação** | Divisão de Administração-DIADM |
| **Descrição da Recomendação** | **2.1 Análise da Execução Orçamentária e Financeira:**<br><br>**1)** Implementar a utilização das disponibilidades orçamentárias e financeiras, viabilizando tempestivamente medidas pertinentes, de modo a utilizar todo o crédito disponibilizado para que não prejudique os resultados a serem alcançados, bem como evitando a devolução à Presidência da Funasa pela restrição e/ou falta de gestão administração à realização das despesas pela Unidade Gestora;<br>**2)** Quanto aos registros de saldos alongados nas contas contábeis transitórias, deverá ser providenciado as baixas, tendo em vista que contas dessa natureza não deverão permanecer com saldos alongados por muito tempo;<br>**3)** Quanto ao registro em restos a pagar cancelados, deverão permanecer para o exercício seguinte apenas os que se tratem de serviços e/ou de aquisições de bens adquiridos e devidamente apropriados no exercício anterior, sob pena de responsabilidade do gestor;<br>**4)** Deverá concluir, no prazo de 6 meses, a baixa no sistema SIAFI das pendências na conta contábil 1.9.9.9.3.01.00 – Projetos de Obras em Favor de Entidades, no valor de R$ 1.600.928,22, e na conta contábil 14211.91.00 – Obras em Andamento, no valor de R$ 837.450,97, sob pena de responsabilidade administrativa de quem lhe deu causa, sendo este apontamento objeto de verificação na próxima auditoria.<br><br>**2.2 Concessão de Diárias e Passagens – Prestações de Contas Pendentes:**<br>**1)** Informar sobre as baixas das Prestações de Contas Pendentes no SCDP e mantê-lo atualizado;<br>**2)** Evitar utilização de colaboradores eventuais como forma de suprir a falta de contratação de serviço de manutenção dos Sistemas de Abastecimento de Água.<br><br>**2.3 Concessões de Diárias e Passagens a Colaboradores Eventuais:**<br>**1)** Abster-se de efetuar despesas desta natureza.<br><br>**2.4 Improbidades nos Processos de Suprimento de Fundos:**<br>**1)** Nos próximos processos de Suprimento e Fundos, evitar a aquisição de materiais e a contratação de serviços que devem ser executados por meio de processos normais de licitação;<br>**2)** Evitar o fracionamento de despesas nos processos de Suprimento de Fundos;<br>**3)** Providenciar a anexação das Notas de Empenhos do cancelamento do saldo não utilizados nas aquisições ou prestações de serviços.<br><br>**2.5 Pagamento de Despesa por Reconhecimento de Dívida e na Modalidade não se aplica:**<br>1) Adotar como prática o contigo artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal, c.c. com o contido nos artigo 2º e 3º da Lei nº 8.666/93, onde dispõem que a Administração Pública deverá proceder aquisições amparadas em processos regulares de licitação, bem como abolir a utilização da despesa sem cobertura contratual, por descumpri o artigo 24 de Decreto nº 93.872/86 c.c o artigo 60 |

| | |
|---|---|
| | da Lei nº 4.320/64, os quais vedam a realização de despesas sem prévio empenho, ressaltando o posicionamento do TCU sobre a matéria;<br><br>2) Planejar adequadamente os procedimentos licitatórios, de sorte que tanto licitações quanto as prorrogações contratuais sejam efetivadas tempestivamente, ressaltando a necessidade de atentar-se para diversas determinações publicadas pelo TCU referente ao planejamento inadequado e a responsabilidade do Administrador pelos atos praticados;<br><br>3) Tendo em vista, o previsto na forma do art. 143, da Lei 8.112/90: "A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa". A SUEST/RR deverá justificar a situação apontada, de modo a evitar a realização de despesas sem a previsão de recursos orçamentários, otimizado adequadamente o planejamento, e o descumprimento dos motivos acima citados, em via de apuração de responsabilidade de quem deu causa ao pagamento de despesas sem cobertura contratual e sem prévio empenho. |

**Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação**

Seção de Execução Orçamentária Financeira-SAEOF

**Síntese das providências adotadas**

-Foram localizados os responsáveis e dado à devida baixa dos suprimentos de fundos;
-Foram realizadas cobranças junto às empresas por meio por meio dos ofícios nº1327/1326/1320/1252/1371/1607/1605/1603/1602/1671/1670/1669/1668/1667/DIDM/FUNASA/SUEST a fim de mitigar essa ocorrência.
-Foi realizada a baixa nas Contas Contábil 1. 9.9.9.3.01. e 14211.91.00 .
-Foi Encaminhado memorando 180/DIADM/GAB para Divisão de Engenharia e Saúde Pública-DIESP em 08/08/2011, proibindo a solicitação de concessão de diárias para colaborador eventual.
-Foi encaminhado do Plano de Ação Emergencial H1N1 e Portaria nº241 de 11/11/2009, juntamente com a explicação do referido Suprimento, bem como, a Nota de Empenho cancelada, visto que o processo não foi utilizado.
- Foi Providenciado os processos licitatórios a fim de regularizar os pagamentos de taxas do Detran e Telefonia fixa de acordo com a Lei 8.666/1993

**Síntese dos resultados obtidos**

- Foram cumpridas as recomendações expostas acima.

**Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor**

A informação de pendências relativas à Suprimento de Fundos deveria ser processada quando do término do exercício, evitando assim a dificuldade na resolução da pendência, visto que o suprimento em comento era do exercício de 2001 e 2002; A grande dificuldade enfrentada no âmbito deste estado é a entrega dos insumos adquiridos por meio do Pregão, está é devido a vários fatores que vão desde a localização geográfica até muitas vezes o equívoco pelos licitantes que ainda confundem Roraima com Rondônia bem como a questão interna da BR-174, entre outros problemas.

## Quadro XXXV- Informações sobre recomendações da Unidade de Controle Interno ou de Auditoria Interna atendida no exercício de referência

| Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna | |
|---|---|
| **Identificação do Relatório de Auditoria** | Relatório de Auditoria 2010/083 |
| **Data do Relatório de Auditoria** | 30/08/2010 16/09/2010 |
| **Item do Relatório de Auditoria** | 3 |
| **Comunicação Expedida/Data** | Memorando nº 1406/ GAB/AUDIT/PRESI de 21/07/2011 |
| **Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação** | Fundação Nacional de Saúde – Superintendência Estadual de Roraima |
| **Descrição da Recomendação** | **3.1 e 3.2 Regularidades nos Procedimentos Licitatórios:**<br>**1)** Implementar a utilização do Formulário instituído pela Portaria nº 353/2004, como forma de evitar a ocorrência de erros formais nos processos licitatórios;<br>**2)** Não deixar de atender as recomendações dos pareceres da Procuradoria Federal.<br><br>**3.3 Pregão eletrônico nº 34/2009:**<br>**1)** Atentar para a inclusão no processo licitatório do edital e seus anexos, após as recomendações contidas nos Pareceres da Procuradoria Jurídica;<br>**2)** Evitar a divulgação de Editais sem a menção de seu tipo e de critério de julgamento;<br>**3)** Atentar para a fidedignidade da publicação do extrato dos contratos no Diário Oficial da União;<br>**4)** Efetuar negociações de preço com objetivo de conseguir redução ao valor ofertado e não para elevá-los;<br><br>**3.4 Pregão nº 35/2008:**<br>**1)** Atentar para a inclusão do edital e seus anexos, após o parecer da PGF;<br>**2)** Proceder análise mais criteriosa quanto ao reequilíbrio econômico financeiro, visando evitar a variação motivada por elevações sazonais de itens que alteram o preço final do produto. |
| **Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação** | |
| Divisão de Administração-DIADM | |
| **Síntese das providências adotadas** | |
| -Encaminhamento do memorando circular 07/DIADM/SUEST de 08/08/2011, instituindo o Formulário de Acompanhamento de Processo.<br>-Encaminhamento do memorando 163/DIADM de 08/08/2011 a CPL para que ciência e cumprimento das observações de Auditoria,<br>- Encaminhamento do memorando 164/DIADM de 08/08/2011 a Seção de Logística-SALOG, para observação e cumprimento das observações de Auditoria. | |
| **Síntese dos resultados obtidos** | |
| - Realizado com êxito. | |
| **Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor** | |
| Não há observações a informar. | |

## Quadro XXXVI- Informações sobre recomendações da Unidade de Controle Interno ou de Auditoria Interna atendida no exercício de referência

| Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna. | |
|---|---|
| **Identificação do Relatório de Auditoria** | Relatório de Auditoria 2010/083 |
| **Data do Relatório de Auditoria** | 30/08/2010 16/09/2010 |
| **Item do Relatório de Auditoria** | 4 |
| **Comunicação Expedida/Data** | Memorando nº 1406/ GAB/AUDIT/PRESI de 21/07/2011 |
| **Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação** | Fundação Nacional de Saúde – Superintendência Estadual de Roraima |
| **Descrição da Recomendação** | **4.1 -Outras Modalidades:**<br>**1)** Observar a legalidade dos atos, quanto a utilizar-se de instrumentos legais adequados aos fins pretendidos, de formar atender os requisitos normativos, visando cumprimento do objeto do contrato.<br>**2)** Justificar a realização de pagamento antecipado de despesa, tendo em vista a proibição por lei de realização de despesa sem prévio empenho.<br>**3)** Quando da aditivação contratual, além da realização de pesquisa de preço, também recomenda-se providenciar o laudo de avaliação atualizada do imóvel para verificação se o valor do aluguel do imóvel encontra-se compatível com o preço de mercado.<br>**4)** Quanto à Responsabilidade dos Administradores, ao contido no art.89 da lei 8.666/93, tendo em vista que dispensar ou inexigir licitação fora das hipóteses previstas em lei, poderá ser punido de pena de detenção de 3(três) a 5 anos, e multa, assim como poderá ser punido não somente quando contratar diretamente sem amparo na previsão legal nos artigos 24 e 25 da Lei nº8.666/93, mas também quando deixar de observar as formalidades exigíveis para os processos de dispensa e inexigibilidade de licitação, conforme o contido no art.26 da Lei nº 8.666/93. Assim como, observar o contido nos incisos III e IV do artigo 117 da Lei 8.112/90, quanto ás proibições ao servidor no exercício de suas atribuições e responsabilidades.<br><br>**4.2-Dispensa de Licitação nº 04/2010**<br>**1)** Abolir o pagamento de despesas antecipadas em descumprimento ao art. 60, da Lei 4.320/64;<br>**2)** Atentar-se para compor com todos os elementos exigidos pela legislação vigente, quando da instauração dos procedimentos de dispensa de licitação, de maneira que a ilegalidade de qualquer um desses atos não contaminem os que lhe são posteriores, de modo que os agentes responsáveis estão sujeitos ao contido no art. 89 da lei 8.666/93, pois dispensar estão sujeitos ao contido no artigo 89 da lei 8.666/93, pois dispensar ou inexigir licitação fora das hipóteses previstas em lei, poderá ser ensejar punição de pena de detenção, de 3 (três) a 5 (cinco) anos, e multa, assim como poderá ser punido não somente quando contratar diretamente sem amparo na previsão legal dos arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666/93, mas também quando deixar de observar as formalidades exigíveis para os processos de dispensa e inexigibilidade de licitação, conforme o contido no art. 26 da Lei nº 8.666/93.<br><br>**4.3- Dispensa de Licitação nº 09/2010-contrato 58/2010**<br>**1)** Atentar –se para compor com todos os elementos exigidos pela legislação vigente, quando da instauração dos procedimentos de dispensa de licitação, de forma que a ilegalidade de qualquer um desses atos não contaminem os que lhe são posteriores;<br>**2)** Planejar tempestivamente as medidas necessárias para instauração de novo procedimento licitatório, de forma a evitar perda de prazos de vigências e/ou ausência contratual, tendo em vista que neste caso, a vigência será até 7.6.2011;<br>**3)** e ainda, quanto a Responsabilidade dos Administradores, ao contido no art. 89 da lei 8.666/93, tendo em vista que dispensar ou inexigir licitação fora das |

| | |
|---|---|
| | hipóteses previstas em lei, poderá ser punido de pena de detenção de 3(três) a 5 anos, e multa, assim como poderá ser punido não somente quando contratar diretamente sem amparo na previsão legal nos artigos 24 e 25 da Lei nº8.666/93, mas também quando deixar de observar as formalidades exigíveis para os processos de dispensa e inexigibilidade de licitação, conforme o contido no art.26 da Lei nº 8.666/93. Assim como, observar o contido nos incisos III e IV do artigo 117 da Lei 8.112/90, quanto ás proibições ao servidor no exercício de suas atribuições e responsabilidades e o inciso II do artigo 127 c.c. art. 129 da mesma lei, no que couber.<br><br>**4.4- Dispensa de Licitação nº º 14/2009**<br>**1)** A SUEST/RR, deverá solicitar o ressarcimento do valor de R$ 1.049.99 referente ao período de 23 a 31.12.2009, que foi pago indevidamente.<br><br>**4.5- Inexigibilidade nº 04/2009- Contrato nº 19/2009**<br>**1)** Observar todos os preceitos constitucionais e legais, que preveem algumas formalidades para os processos de dispensa de licitação e inexigibilidade, tendo em vista que o agente responsável estará sujeito ao disposto no artigo 89 da lei 8.666/93;<br>**2)** Adotar mecanismo de controle interno eficientes, de modo a realizar o adequado acompanhamento da execução dos contratos em conformidades com o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93.<br>**4.6-Inexigibilidade nº 01/2010- Contrato nº 79/2009**<br>**1)** Convém lembrar que os procedimentos de dispensa de licitação ou inexigibilidade, deverão observar os preceitos constitucionais e legais que prevêem algumas formalidades para os processos, tendo em vista que o agente responsável estará sujeito ao disposto no art. 89 da Lei 8.666/93;<br>**2)** adotar mecanismos de controle interno eficientes, de modo a realizar o adequado acompanhamento da execução dos contratos em conformidade com o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93.<br>**4.7- Inexigibilidade nº 03/2009- Contrato nº 08/2009**<br><br>**1)** Convém lembrar que os procedimentos de dispensa de licitação ou inexigibilidade, deverão observar os preceitos constitucionais e legais, que preveem algumas formalidades para os processos, tendo em vista que o agente responsável estará sujeito ao disposto no art. 89 da Lei 8.666/93;<br>**2)** Adotar mecanismos de controle interno eficientes, de modo a realizar o adequado acompanhamento da execução dos contratos em conformidade com o disposto no artigo 67 da Lei nº 8.666/93. |

| |
|---|
| |
| **Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação** |
| Divisão de Administração-DIADM |
| **Síntese das providências adotadas** |
| -Considerando as Recomendações de Auditoria está Superintendência se prontificou a observar rigorosamente os apontamentos.<br>-Foi encaminhada a Ordem Bancária nº 2010OB8000991 a fim de esclarecimento quanto a data do pagamento;<br>-Foi encaminhado Nota Fiscal nº 00201 de 23/03/2010 a qual demonstrou que o pagamento foi efetuado posterior a emissão da Nota de Empenho,<br>-Em referencia a licitação 09/2010-Contrato 58, Foi realizado um Termo de Ajustamento de Conduta nº 001/2010/Ofício de Defesa do Patrimônio Público/RR proposto por esta SUEST, visando demonstrar a transparência na realizamos de certame do cujo objeto de contratação era hora voo.<br>-Foi informado que o valor a ser ressarcido foi referente à despesa gerada no exercício anterior não cabendo, portanto a devolução. |
| **Síntese dos resultados obtidos** |
| - Realizado com êxito. |
| **Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor** |
| Não há observações a informar. |

## Quadro XXXVII- Informações sobre recomendações da Unidade de Controle Interno ou de Auditoria Interna atendida no exercício de referência

| Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna | |
|---|---|
| **Identificação do Relatório de Auditoria** | Relatório de Auditoria 2010/083 |
| **Data do Relatório de Auditoria** | 30/08/2010 16/09/2010 |
| **Item do Relatório de Auditoria** | 5 |
| **Comunicação Expedida/Data** | Memorando nº 1406/ GAB/AUDIT/PRESI de 21/07/2011 |
| **Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação** | Divisão de Administração-DIADM |
| **Descrição da Recomendação** | **5.1-Contrato nº 20/2009**<br>**1)** Ressalta-se que as condições públicas somente poderão ser efetivadas após estimativa previa do seu valor, que deve obrigatoriamente ser juntada ao processo, de modo que sirva de parâmetro objetivo, para julgamento das ofertas, assim como o principal fator para escolha da modalidade de licitação a ser realizada, em conformidade o art. 40§ 2º, inciso II, e 43, inciso IV, as Lei nº 8.666/93<br>**2)** Deverá aprimorar o mecanismo de planejamento para as suas aquisições de forma conjunta com suas diversas áreas, de forma que o almoxarifado seja destinado a guarda e conservação de materiais, de maneira que o setor assegure que o material adequado esteja, na quantidade devida, local certo, quando necessário, bem como proceder um levantamento prévio para a utilização de materiais, principalmente os adquiridos por meio de Registro de Preço, de forma a evitar que o almoxarifado seja utilizado como deposito de aquisições mal planejadas.<br><br>**5.2-Contrato nº 44/2010**<br>**1)** Atenta-se previamente para instruir com todos os elementos que devem compor cada procedimento licitatório, de forma a corrigir impropriedades, principalmente quanto a publicação dos atos oficiais, procurando se resguardar-se como agente público de responder judicialmente e/ ou solidariamente por danos causados a Administração Pública;<br>**2)** A DIADM deverá reavaliar e instruir os procedimentos adotados, de forma a estimar suas contratações, de modo que, haja um planejamento e um controle adequado de sorte que a verificação das informações posteriores possam refletir a realidade dos fatos, principalmente quanto aos preços praticados no mercado.<br>**3)** Verificar para que, antes da adjudicação e homologação de procedimentos licitatórios, se todos os requisitos necessários, assim como, as recomendações emitidas pelas áreas, técnicas, jurídicas e/ou de controle interno, foram atendidas, visando evitar incorrer em erros que poderão ensejar em possíveis apurações de responsabilidades futura.<br>**4)** Adote em suas licitações para contratação de serviços, continuados ou não, a utilização de planilhas de composição detalhada de todos os custos diretos e indiretos envolvidos na prestação dos serviços, nos moldes do modelo previsto na Instrução Normativa/SLTI-MP nº 02, com vistas a dispor de parâmetros mais confortáveis para futuras negociações de preço visando a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro de contrato;<br>**5)** A DIADM deverá exigir de imediato o cumprimento ao item 8.1.7 do edital, quanto a instalação de uma unidade de representação para entendimento dos serviços prestados, tendo em vista que ficou demonstrado falta de acompanhamento e controle contratual, de modo a conferir o contido no art. 87 da Lei nº 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do contrato, tendo em vista que poderá vir a ser responsabilizada pela morosidade e falta de tomada de decisão, que deriva de obrigação contratual;<br>**6)** Dispensar de imediato a contratação da terceirizada, pois ficou comprovado que a prestação de serviços era desnecessária a Superintendência , tendo em vista que a terceirizada também exercia atribuições a contratada, na função de |

| | |
|---|---|
| | preposto, causando prejuízo ao erário. Destaca-se que a SUEST/RR necessita ter mais cuidado e controle quanto ao acompanhamento contratual, visando melhorias na realização das licitações e, especialmente, a uma diminuição dos problemas referentes a alteração de contratos celebrados mediante licitação, bem como a evitar que erros mais comuns, que poderão ensejar em improbidade administrativa, e a afronto aos princípios constitucionais, como: economicidade e moralidade na execução contratual;<br>**7)** Proceder ao levantamento dos valores pagos neste contrato e requerer junto a empresa contratada o imediato ressarcimento quanto ao descumprimento contratual item III- insumos, desde o inicio do contrato até o mês em que os funcionários da contratada não se apresentaram devidamente uniformizados e identificados a SUESP/RR, tendo em visto que, da situação verificada já havia decorrido 6(seis) meses da execução contratual, sob pena de aplicação de responsabilidade administrativa de quem lhe deu causa, sendo que este apontamento objeto de verificação na próxima auditoria.<br>**8)** Redefinir as atribuições e a organização em conformidade ao disposto no Decreto nº 7.335 de 19/10/2010, de modo que, as fragilidades apresentadas sejam cumpridas, visando o cumprimento das atividades relacionadas.<br><br>**5.3-Contrato nº 88/2009**<br>**1)** Justificar o valor dos serviços prestados, e, se os valores praticados estão dentro do valor de mercado uma vez que no contrato nº 06/2008, o valor foi de R$1.980,00; no contrato nº 15/2009, foi de R$ 3.400,00 e no contrato nº 88/2009, o valor de R$ 5.345,00. E , em caso o valor esteja acima do valor de mercado, verificar a possibilidade da realização de um novo certame licitatório;<br>**2)** Seja dada especial atenção à realização de pesquisas de preços rigorosas no que tange as compras e à prestação de serviços objeto de procedimentos licitatórios, dispensas ou inexigibilidade de licitação, além de adesões a Atas de Registro de Preços, em respeito ao disposto no artigo 8º, II, do Decreto nº 3.931/2001, além dos demais dispositivos.<br>**3)** Promover o acompanhamento e a fiscalização efetivos da execução dos contratos, procedendo ao registro de ocorrências, realizando tempestivamente as medições e adotando as providencias ao seu fiel cumprimento, conforme preceituado no art. 67 da Lei nº 8.666/93. |

**Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação**

Divisão de Administração-DIADM

**Síntese das providências adotadas**

-No Contrato nº 20/2010 foram adotados cronograma de entrega no Pregão nº 10/2011 Processo nº 25752.004.446/2011-79.
-Foi demonstrado que a cotação e o mapa de apuração constavam as fls. 7 a 10 do processo referente ao contrato 24/2009.
-No Contrato nº 44/2009- Foi encaminhado memorando nº 165 de 08/08/2011 a CPL a fim de que sejam observadas as orientações, bem como a administração observou que irá atentar-se a instrução processual e informou ratificou que as cotações são realizadas no mercado local.
-No Contrato nº 88/2009-Foi encaminhando memorando circular nº018DIADM/FUNASA/CORE/RR de 20/11/2009 instituindo o relatório circunstanciado para os fiscais de contrato.
-Foi encaminhado as planilhas que foram realizadas no Pregão 02/201-Contrato 44/2010 onde ficou comprovado que foi cumprida a Instrução Normativa/SLTI-MP nº02.
-Foi emitido ofício nº850/DIADM/FUNASA/CORE/RR de 11/06/2010 exigido o cumprimento da clausula da referente a sede, bem como foi dispensada a preposta da empresa.

**Síntese dos resultados obtidos**

Realizadas com êxito.

**Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor**

Não há observações a informar

## Quadro XXXVIII- Informações sobre recomendações da Unidade de Controle Interno ou de Auditoria Interna atendida no exercício de referência

| Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna | |
|---|---|
| **Identificação do Relatório de Auditoria** | Relatório de Auditoria 2010/083 |
| **Data do Relatório de Auditoria** | 30/08/2010 16/09/2010 |
| **Item do Relatório de Auditoria** | 6 |
| **Comunicação Expedida/Data** | Memorando nº 1406/ GAB/AUDIT/PRESI de 21/07/2011 |
| **Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação** | Setor de Almoxarifado |
| **Descrição da Recomendação** | **6.1-Diversas Improbidades no Setor de Almoxarifado**<br>**1)** Deverá regularizar as pendências que foram verificadas pela comissão que realizou o levantamento do inventário físico do exercício de 2009, tendo em vista que a situação persiste desde o exercício de 2008. O resultado deste apontamento será objeto de verificação na próxima auditoria.<br>**2)** Deverá quando da realização do inventário do exercício de 2010, fazer os lançamentos nos sistemas ASIWEB/SIAFI de todos os materiais de consumo adquiridos pela Coordenação Regional e vindos de outras localidades, com registro na conta: Materiais para Estoque de Distribuição, e em seguida realizar a solicitação por Guia de Remessa de Material-GRM, de modo a subtrair de vez, estoque de materiais paralelos. Este apontamento será objeto de verificação na próxima auditoria.<br>**3)** Deverá verificar a utilização desses disquetes em outra Superintendência ou Órgão, fazendo a distribuição dos mesmos, tornando o espaço disponível para estocagem de outros materiais, como também, deverá abolir a pratica de aquisição de grandes quantidades de cano PVC, para estocagem, sob pena de responsabilidade do Gestor.<br>**4)** Que seja apresentado o embasamento legal utilizado para aquisição de materiais destinados a troca por pequenos serviços prestados pelos indígenas, sob pena de apuração de responsabilidade.<br>**5)** Deverá procurar quando das aquisições ou de recebimentos de materiais, das Superintendências e outros Órgãos, realizar seus lançamentos no SIAFI e ASIWEB, na conta 11318.01.00 – Materiais para Estoque e Distribuição, facilitando com isso, com que os materiais sejam distribuídos por Guias de Fornecimento de Materiais. |
| **Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação** | |
| Setor de Almoxarifado | |
| **Síntese das providências adotadas** | |
| -As pendência apontadas já tinham sido informadas ao SEMAT/COMAP/CGLOG, pois as mesmas dependem da manutenção do Sistema ASIWEB para serem sanadas.<br>-As recomendações forma respondida por meio do memorando nº 54/2011/SOMAT/FUNASA/RR de 15/08/2011.<br>-Foi providenciado a disponibilização dos disquetes para a demais UGS-SUEST'S para procedermos com as transferências ou baixa. | |
| **Síntese dos resultados obtidos** | |
| Realizadas com êxito. | |
| **Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor** | |
| Não há observações a informar. | |

## Quadro XXXIX- Informações sobre recomendações da Unidade de Controle Interno ou de Auditoria Interna atendida no exercício de referência

| Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna | |
|---|---|
| **Identificação do Relatório de Auditoria** | Relatório de Auditoria 2010/083 |
| **Data do Relatório de Auditoria** | 30/08/2010 16/09/2010 |
| **Item do Relatório de Auditoria** | 7 |
| **Comunicação Expedida/Data** | Memorando nº 1406/ GAB/AUDIT/PRESI de 21/07/2011 |
| **Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação** | Setor de Patrimônio |
| **Descrição da Recomendação** | **7.1- Diversas Improbidades no Setor de Patrimônio**<br>1) Proceder planejamento para a realização das obrigações regimentais, uma vez que também foi encaminhado pela CGLOG/DEADM à todas Superintendências o Memorando Circular nº 14/SEPAT/CGLOG/DEADM, de 29/09/2009, informando sobre os procedimentos para a realização dos levantamentos dos bens móveis e imóveis de cada exercício. Alertamos que, a falta de realização do inventário na sua totalidade, além de descumprimento ao Art. nº 99 da Portaria Ministerial nº 1.776/2003, caso a situação seja reincidente, poderá ensejar em apurações de responsabilidades.<br>2) Provir esforços para regularização dos imóveis pertencentes ao patrimônio da entidade, junto aos cartórios de Registros de Imóveis, de modo a cumprir as atribuições regimentais estabelecidas no art. 99 da Portaria Ministerial nº 1.776/2003.<br>3) Quanto aos 15(quinze) imóveis que encontram-se em processo judicial, devido a falta de localização dos processos para análise da equipe de auditoria, a SUEST/RR deverá apresentar justificativas para cada situação, ao mesmo tempo em que, deverá providenciar a regularização e informar à CGLOG/DEADM sobre o resultado alcançado. A falta de providências poderá ensejar em apurações de responsabilidades.<br>4) Adotar providências para regularização dos convênios encerrados com as Organizações Não-Governamentais, na conta contábil 14212.93.00 – Bens Móveis em Poder de Terceiros, ao mesmo tempo em que os bens que foram adquiridos pelas entidades deverão serem incorporados ao patrimônio da SUEST/RR;<br>5) Deverá adotar providências para a regularização das contas, acima mencionadas, tanto no sistema ASIWEB como SIAFI, uma vez que são contas do tipo transitórias e não poderão ficar pendentes por muito tempo, assim como, o lançamento indevido da conta corrente UG. 255023 e 999 na conta 14212.90.00;<br>6) Proceder de imediato, esclarecimentos e levantamentos dos fatos que causaram o registro na conta contábil 14212.90.00 – Bens em Processo de Localização, e se for o caso, promover apurações de responsabilidades. Tendo, em vista que a situação apontada é proveniente de exercícios anteriores, e caso não tenha sido adotada nenhuma providência, será ensejado apuração de responsabilidade dos gestores, sendo objeto de verificação na próxima auditoria.<br>7) Deverá efetuar a atualização dos Relatórios de Movimentação de Bens Móveis concernentes aos meses faltosos, de forma a corrigir a diferença de R$ 1.006.633,86;<br>8) O Setor de Patrimônio da SUEST/RR, deverá comunicar aos setores responsáveis pelas aquisições de materiais permanentes sobre a distribuição dos mesmos, informando que os bens adquiridos não deverão está estocados por muito tempo, como também, realizar os planejamentos das aquisições, sob pena de responsabilidade do gestor.<br>9) Verificar a possibilidade da renovação do contrato firmado com a Link/Data, ou a realização de um novo, uma vez que a não operacionalização dos Sistemas ASIWEB- Patrimônio e Almoxarifado acarreta grandes descontroles nos bens materiais e Patrimoniais, bem como, a não realização dos RMA, |

| | |
|---|---|
| | RMBM E RMBI. |
| **Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação** | |
| Setor de Patrimônio | |
| **Síntese das providências adotadas** | |
| -As recomendações foram respondidas por meio do memorando nº 136 e 37/2011/SOPAT/FUNASA/RR de 05/05/2011. Ressaltamos que esta Pasta cumpriu com as obrigações regimentais a acerca do envio do inventário de 2009 e 2010.<br>-Foi informada a Equipe de Auditoria que em virtude do contrato FUNASA/PRESI/LINKDATA encontrar-se em processamento esta SUEST ficou impossibilitada de realizar a referida regularização. | |
| **Síntese dos resultados obtidos** | |
| Realizadas com êxito. | |
| **Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor** | |
| Não há observações a informar. | |

## Quadro XL- Informações sobre recomendações da Unidade de Controle Interno ou de Auditoria Interna atendida no exercício de referência

| Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna | |
|---|---|
| **Identificação do Relatório de Auditoria** | Relatório de Auditoria 2010/083 |
| **Data do Relatório de Auditoria** | 30/08/2010 16/09/2010 |
| **Item do Relatório de Auditoria** | 8 |
| **Comunicação Expedida/Data** | Memorando nº 1406/ GAB/AUDIT/PRESI de 21/07/2011 |
| **Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação** | Setor de Transporte |
| **Descrição da Recomendação** | **8.1- Diversas Improbidades no Setor de Transporte:**<br>**1)** Providenciar a atualização da frota dos veículos, visando dispor de controle real do quantitativo de veículos oficiais que estão sob a responsabilidade da SUEST;<br>**2)** Realizar o levantamento de todas as ocorrências de multas de trânsito, visando a atualização de todas as documentações dos veículos pertencentes à SUEST/RR;<br>**3)** Regularizar os Certificados de Registro e Licenciamento dos Veículos – CRLV da frota da SUEST/RR, tendo em vista que, pelo Código Nacional de Trânsito, só poderiam trafegar os veículos com os Certificados de Registro e Licenciamento atualizados;<br>**4)** Instaurar processos de apuração concernente aos sinistros ocorridos nos veículos de placas NAK8429 (GM CORSA), NAR7927 (FORD RANGER), NAR4827 (FORD RANGER), NAZ0530 (MMC/L-200), NAY3443 (MMC/L-200);<br>**5)** Atualizar todas as carteiras dos motoristas dos contratados e autorizados e o Sistema SICOTWEB, assim como, concluir as doações dos veículos cedidos a estados e municípios, conforme disposto na Portaria/MS nº1.968/2006, de modo que os apontamentos relacionados serão objeto de verificação na próxima auditoria. |
| **Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação** | |
| Setor de Transporte | |
| **Síntese das providências adotadas** | |
| -Com a realização do levantamento da frota foi editada a Portaria nº 07 de 03/03/2011 a qual disponibilizou os veículo para os Distritos Yanomami e Leste responsabilizando pelo uso dos mesmos até a finalização da transição entre a SUEST e SESAI.<br>-Foi encaminhado memorando nº 168 de 08/08/2011 ao Setor de Transporte a fim de que fossem sanadas as pendências apontadas na Auditoria<br>-Foi informado que todos os sinistros ocorridos foram devidamente apurados. | |
| **Síntese dos resultados obtidos** | |
| Realizadas com êxito. | |
| **Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor** | |
| Não há observações a informar. | |

## Quadro XLI- Informações sobre recomendações da Unidade de Controle Interno ou de Auditoria Interna atendida no exercício de referência

| Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna | |
|---|---|
| **Identificação do Relatório de Auditoria** | Relatório de Auditoria 2010/083 |
| **Data do Relatório de Auditoria** | 30/08/2010 16/09/2010 |
| **Item do Relatório de Auditoria** | 9 |
| **Comunicação Expedida/Data** | Memorando nº 1406/ GAB/AUDIT/PRESI de 21/07/2011 |
| **Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação** | Setor de Convênio |
| **Descrição da Recomendação** | **9.1- Convênios, Acordos e Ajustes.**<br>**1)** Por intermédio das áreas técnica e financeira deverá priorizar a análise e emissão dos pareceres referentes aos convênios com vigências já expiradas, sob pena de apuração de responsabilidade e comprovar as providências adotadas junto à Auditoria Interna;<br>**2)** Adotar providências cabíveis quanto aos registros de aprovação ou impugnação da prestação de contas parcial que não foram apresentadas ou constatadas irregularidades e demais medidas administrativas de acordo com o art. 35 parágrafo único, da IN/STN nº 01/97 e suas alterações;<br>**3)** A equipe de Convênio deverá analisar as prestações de contas dos convênios que se encontram na situação "A Aprovar", conforme determina o artigo 31da IN/STN nº 01/1997, e em cumprimento às determinações de Acórdão nº 21287/2004/TCU/2ª. Câmara, enviado por meio do Oficio Circular 26/CGU/PR, de 17.1.05;<br>**4)** Solicitar à CGCON/DEADM, por intermédio de mensagem SIAFI, a efetivação do registro na conta "Não Liberados", dos convênios com vigências expiradas e ainda com pendência de liberação de recursos;<br>**5)** Comprovar a instauração da competente Tomada de Contas Especial nos convênios registrados na conta de "inadimplência Efetiva", conforme preceitua o artigo 38 da IN/STN nº 01/97, atentando para o prazo de 180 dias previsto no parágrafo 1º da IN/STN no 56/TCU, de 5.12.2007 (responsabilidade solidária), bem como quanto à conclusão e o encaminhamento dos processos constantes na conta " Inadimplência Suspensa" à COTCE/AUDIT, setor responsável pelo acompanhamento da Instrução processual , análise, emissão do Despacho de Certificação de auditoria e envio à CGU<br>**6)** Quanto ao expressivo ao numero de convênios em execução sob a responsabilidade da SUEST/RR, e adotar providencias cabíveis quanto ao regular e devido acompanhamento e supervisão, prestando aquela Superintendência , no que couber, a colaboração necessária na melhoria das atividades, tendo em vista o teor do Acórdão 2.128/2004 TCU-2ª Câmara.<br>**7)** Promover mecanismos necessários para melhoria das deficiências operacionais existentes nos monitoramentos e acompanhamentos dos convênios da SUEST/RR, visando dar cumprimento às ações Institucionais, tendo em vista o constante na IN/STN- 01/97 e art. 54 do Decreto nº 93.972/86. |
| **Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação** | |
| Setor de Convênio | |
| **Síntese das providências adotadas** | |
| -Foi informada a situação da análise financeira de passivos dos convênios referentes ao SIAFI nº557105, 590895, 445844, 557820, 575584, 577278, 383179, 389914, 447136, 49033, 500706, 554449 observando a situação de cada um deles.<br>-Atinentes aos convênios Inadimplência efetivas foram respondida por meio do memorando nº 23/2011/CONVENIO/FUNASA/RR de 16/08/2011.<br>-Foi realizada a mensagem no SIAFI da efetivação do registro na conta "não liberados".<br>-Foi comprovado a instauração das Tomadas de Contas especiais nos convênios registrados de "Inadimplência Efetiva", bem como ficou estabelecido que a equipe envidaria esforços a fim de solucionar os passivos existentes. | |
| **Síntese dos resultados obtidos** | |

| |
|---|
| Realizadas com êxito. |
| **Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor** |
| Não há observações a informar. |

## Quadro XLII- Informações sobre recomendações da Unidade de Controle Interno ou de Auditoria Interna atendida no exercício de referência

| **Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna** | |
|---|---|
| **Identificação do Relatório de Auditoria** | Relatório de Auditoria 2010/083 |
| **Data do Relatório de Auditoria** | 30/08/2010 16/09/2010 |
| **Item do Relatório de Auditoria** | 10 |
| **Comunicação Expedida/Data** | Memorando nº 1406/ GAB/AUDIT/PRESI de 21/07/2011 |
| **Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação** | Divisão de Engenharia e Saúde Pública-DIESP |
| **Descrição da Recomendação** | 10.1- **Falta de atendimento aos Questionamentos de Auditoria**<br><br>1) Promover mecanismos necessários para melhoria das deficiências operacionais existentes nos monitoramentos e acompanhamentos dos convênios da Regional, visando dar cumprimento às Ações Institucionais. |
| **Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação** | |
| Divisão de Engenharia e Saúde Pública-DIESP | |
| **Síntese das providências adotadas** | |
| -Informamos que os questionamentos foram respondidos por meio do memorando nº 392 de 03/09/2010. | |
| **Síntese dos resultados obtidos** | |
| Realizadas com êxito. | |
| **Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor** | |
| Não há observações a informar. | |

## 17. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

## 17.1 DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**Declaração II - Declaração Plena, com Ressalva ou Adversa**

| Denominação completa (UJ) | Código da UG |
|---|---|
| Superintendência Estadual da FUNASA no Estado de Roraima | 255023 |

Declara que as demonstrações contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanço Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais), previstas na Lei 4.320, de 17 de março de 1964, relativas ao exercício de 2012, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que antecede o Relatório de Gestão, **EXCETO** as constantes de:

| RESTRIÇÃO | TÍTULO |
|---|---|
| 01 | FALTA S/JUS ATRASO DE REMESSA DO RMB |
| 104 | SALDOS ALONGADOS CONTAS TRANST. e RESMAT |
| 123 | SLD ALONGADOS CTAS TRANSITORIAS AT.COMS |
| 400 | SALDOS ALONGADOS CONTAS TRANSIT PAR E MCO |
| 806 | FALTA RECOLHIMENTO DE OBRIGACOES |
| 1001 | FALTA/RESTRICAO CONFORM. REGISTROS_GESTAO |

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

| Local | Brasília-DF | Data | 25/01/2012 |
|---|---|---|---|
| Contador Responsável | Evandro Carvalho Cardoso | CRC nº | 6105 |
| Ordenador de Despesas | | | |

## CONCLUSÃO

Em 2011 a FUNASA efetivamente implementou sua nova estrutura organizacional com a transição da saúde indígena e com o início das atividades da saúde ambiental. Com isso, efetivou-se a redistribuição dos servidores da SUEST/RR, que trabalhavam na saúde indígena, para a Secretaria de Saúde do Índio/SESAI, do Ministério da Saúde, representando numa redução significativa na Força de Trabalho da UJ, cuja situação em 31/12/2011, resultando em 83 servidores do quadro efetivo, 03 nomeados para cargos em comissão, 07 cedidos para outros órgãos, 02 contratos temporários, 01 exercício descentralizado de carreira, 01 exercício provisório, 51 cedidos ao SUS, Lei 8.270/1991, resultando na força de trabalho de 148 servidores, dos quais mantemos nesse exercício de 2011 numa forte política de capacitação, onde levamos cursos, palestras, congressos e simpósios a 65 servidores, ou seja, 44% do total a disposição desta UJ.

Nossa maior prioridade foi com o programa de aceleração do crescimento – PAC2, lançado pela presidente da república. Novas diretrizes foram implementadas pelo Comitê Gestor o Programa de Aceleração do Crescimento - GPAC, na FUNASA os avanços foram ainda maior, completamente diferente de como se deu a contratação do PAC 1. No PAC 2 a qualificação dos pleitos foi o norte para o nosso trabalho. Criamos nessa UJ o Comitê de Articulação Estadual do PAC2-FUNASA, que consistiu no chamamento de todos os possíveis convenentes, 14 municípios e o governo do estado de Roraima, além da Companhia de Águas e Esgoto de Roraima - CAER, Companhia Energética de Roraima - CER, Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos -FEMARH, Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Instituto de Terras de Roraima -ITERAIMA, Universidade Federal de Roraima - UFRR, Controladoria Geral da União - CGU, Tribunal de Contas da União - TCU e Ministério Público Federal - MPF, para juntos por meio de portaria comporem o referido COMITÊ.

Os trabalhos do comitê iniciaram com a contextualização do programa a todos os participantes, palestras de esclarecimentos e treinamento quanto ao preenchimento da carta consulta, da documentação necessária, das modalidades financiadas, fonte, origem de recursos e contra-partidas, bem como do padrão e detalhamento esperados de cada obra ou projeto pleiteado. Foram inúmeras reuniões pré-estabelecidas em calendário anual de atividades do comitê, inclusive é importante frisar que essa prática foi implementada nesta UJ independente do próprio calendário e planejamento geral do PAC2-FUNASA, o qual foi atendido e enquadrado em nosso comitê na íntegra.

Durante todo o exercício uma grande força tarefa acompanhada pelos órgãos de controle permitiu que de maneira inédita em nossa UJ tivéssemos um nível de exigência técnica e de detalhamento dos projetos e obras pleiteadas suficientes para a execução das referidas obras e/ou projetos antes mesmo de sua aprovação, com isso, conseguimos aprovar 6 obras de grande alcance para nossa sociedade nos municípios de Bonfim, Cantá, Iracema, Mucajaí, Pacaraima e São Luiz do Anauá, todos na modalidade de abastecimento d'água com foco na universalização. Aprovamos também projetos de sistemas de abastecimento d'água e tratamento de esgoto para todos os municípios do interior do estado. E como destaque desse trabalho pioneiro, que reuniu todos os atores necessários para tal êxito, foi o planejamento, seleção, aprovação, contratação, empenhamento, liberação de recursos da primeira parcela e ainda a licitação de 2(duas) dessas 6(seis) obras em um único exercício.

A continuação da parceria com os órgãos de controle continua e é reafirmada a cada nova fase, principalmente nesse momento que se depreende as licitações e a execução das referidas obras propriamente ditas.

Além do PAC2 nós atuamos fortemente em outras áreas, principalmente na implantação da nova missão da FUNASA que é a Saúde Ambiental. Com a instalação do Serviço de Saúde Ambiental-SESAM, nós percorremos todo o estado de Roraima, nas áreas urbanas e rurais, com o objetivo de realizar um diagnóstico focado no uso e qualidade da água para consumo humano, ministramos muitas palestras e orientamos vários municípios. Outra atividade dessa área foi a implantação de comitês municipais de apoio ao combate a dengue, realizamos duas grandes campanhas nos municípios de Cantá e Rorainópolis, com o envolvimento da prefeitura, câmara municipal, sociedade civil organizada, sistema de ensino e saúde. A busca da sensibilização dos gestores e inclusive a cobrança para com suas responsabilidades tem sido o norte de nosso trabalho nesse projeto, que tem como segunda etapa o monitoramento dessas ações no âmbito de cada município do interior do estado.

Outro setor fortalecido foi o Serviço de Convênios-SECONV, a partir da descentralização de atividades e responsabilidade da Coordenação Geral de Convênios-CGCON/PRESIDENCIA para o SECONV/SUEST-RR, nós priorizamos um diagnóstico do nosso estoque de processos de convênios, classificando-os inicialmente de contencioso e em execução, que em forte parceria com a DIESP/SUEST-RR mantemos um acompanhamento permanente nesses convênios em execução, com o objetivo de concluir as referidas obras levando esse benefício à sociedade. No caso do contencioso, um levantamento nos levou a um quadro de TCE´s concluídas e julgadas, e como resultado também a identificação de um total de 46(quarenta e seis) obras inacabadas em nosso estado, que já ofertamos para a presidência da Funasa com a proposta de contratação de atualização dos projetos das referidas obras, analisar desde a solução/concepção adotada à época, avaliar e indicar o que já está realizado e em condições de prosseguimento da obra, para encontrarmos o montante necessário para conclusão das mesmas e com isso mitigar os prejuízos sociais causados por ex-gestores à sociedade, uma vez que suas condenações já estão em fase de conclusão em termos de Tomadas de Contas Especiais.

Ainda em 2011 desempenhamos papéis importantes para que os serviços de saúde indígena não fossem interrompidos ou prejudicados, como desde o início da transição, continuamos atuando em parceria na medida em que fomos solicitados, desde questões simples de utilização compartilhada de telefonia móvel, fixa, reprografia, impressão de documentos, até a utilização de imóveis e veículos da nossa instituição, bem como negociações junto a fornecedores, repasse de conhecimento, transferência de *know how*, entre outras atividades.

FUNASA

Ministério da
**Saúde**